

**CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC**  
**41ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2024/2025**

1 **ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2025.** Ao 9º (nono) dia  
3 do mês de Julho de 2025, às 14h, de forma presencial e virtual na sala de Cinema  
4 do Centro Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo Ribeiro, 901 - Centro,  
5 Manaus - AM, 69400-901. Através da plataforma  
6 <https://teams.microsoft.com/v2/>. Conforme ofício circular nº 017/2025-GSG/FEC  
7 convocatório enviado via e-mail do plenário, em 07 de julho de 2025, e atingido  
8 o quórum mínimo, declaro aberta a 41ª sessão ordinária do conselho estadual  
9 de cultura – Conec. A sessão foi aberta pelo conselheiro Dudson Campos  
10 Carvalho, que assumiu interinamente a presidência conforme previsto na Lei nº  
11 5.418, de 17 de março de 2021. Foi confirmado o quórum mínimo e nomeado o  
12 conselheiro Pedro Cacheado como secretário geral interino. Tendo em vista que  
13 o presidente chegará para assumir a presidência, e para dar mais praticidade e  
14 para cumprir o tempo necessário e regimental desta reunião. Em virtude dos  
15 poderes a mim investidos pela Lei nº 5.417, de 17 de março de 2021, e pelo  
16 Regimento Interno deste Conselho, eu, **CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA**  
17 assumo a presidência desta sessão e convoco para me auxiliar o conselheiro  
18 titular da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias **DUDSON CAMPOS**  
19 **CARVALHO**. E, para compor esta Mesa Diretora, convoco ainda o conselheiro  
20 titular da cadeira de audiovisual, o senhor **PEDRO HENRIQUE SECATTI**  
21 **CACHEADO** e o assessor jurídico da equipe de apoio, **SÉRGIO RICARDO**  
22 **MOTA CRUZ**. Composta a Mesa Diretora, solicito ao Secretário-Geral que nos  
23 informe o quórum de hoje. **Pedro Cacheado:** Nesse momento, informo que se  
24 encontram presentes, além dos membros da Mesa Diretora, que representam as  
25 cadeiras da SEC, Artes Visuais e Novas Mídias, Cadeira de Audiovisual os  
26 demais conselheiros titulares e suplentes presentes nesta 41ª Sessão Ordinária  
27 do Conselho Estadual de Cultura – CONEC com direito a voto, conforme lista  
28 anexa. **Dudson Carvalho:** Com a informação de que não há ata para aprovar,  
29 vamos continuar com os informes do **EXPEDIENTE**. Dando continuidade à  
30 sessão, agradeço a todos e peço ao Secretário-Geral que apresente os informes.  
31 Passa-se a palavra ao Secretário-Geral. **Pedro Cacheado:** Informamos que  
32 continua em tramitação as nomeações das vagas de titulares das cadeiras da  
33 FEPIAM e UEA, além dos suplentes das cadeiras de Cultura Popular de Matriz  
34 Ibérica, Cultura Indígena, Música, SEDUC e UEA. Também iniciou-se o trâmite  
35 das alterações da Amazonastur (suplente) e da SEFAZ (suplente), que chegou  
36 esta semana. Já a suplente de Teatro, em continuidade ao que legisla o Edital

37 de Eleição de 2023 do CONEC, a SEC está levantando um(a) artista da área  
38 para fazer o convite para assumir a vaga que se encontra aberta. Em São Paulo,  
39 nesta data, no ano de 1932, aconteceu a Revolução Constitucionalista, que é  
40 comemorada com feriado naquele estado. No Brasil, comemora-se o Dia do  
41 Oncologista. E, também, é o Dia Internacional pelo Desarmamento. É esse o  
42 expediente, Presidente. **Dudson Carvalho:** Terminado o expediente, vamos  
43 para as **PROPOSIÇÕES**. Há alguma proposição secretário geral? **Pedro**  
44 **Cacheado:** As proposições apresentadas à mesa diretora e à equipe de apoio  
45 já foram incluídas em pautas por não precisarem de deliberação para inclusão,  
46 presidente. **Dudson Rocha:** Agradeço e pergunto: há algum membro titular ou  
47 em exercício na plenária que queira apresentar alguma proposição? Inscrições  
48 abertas e já concedo o prazo regimental de 3 minutos para justificar a inclusão  
49 em pauta. Na fala o conselheiro representante da Dança, Marcos André Durand  
50 Pereira. **André Durand:** Boa tarde. Eu só estou estranhando um pouco a sua  
51 fala, que está meio assim; a gente já entrou em modo remoto, e é totalmente  
52 diferente do presencial. Também porque esses equipamentos, eles precisariam,  
53 assim, de uma substituição o quanto antes. E deixar, assim, minha fala de  
54 repúdio, que agora há pouco eu tentei adentrar o link, e o rapaz me orientou que  
55 eu tinha que abrir; assim que clicasse, abriria a possibilidade do navegador, e  
56 não consegui. Eu mandei o print. E aí é muito complicado para a gente tentar  
57 trabalhar em prol da cultura dessa forma, e com uma aparelhagem dessa,  
58 totalmente precária. A minha indicação seria, a respeito, Sr. Presidente, do  
59 diálogo que nós tivemos na antepenúltima reunião, que tiveram os artistas  
60 presentes de Iranduba, e foi sinalizado dia 7, na segunda-feira, para ida deste  
61 colegiado, junto com o presidente, até aquele município; e eles já estão, hoje,  
62 constituídos juridicamente, e a gente aguarda a posição da presença desse  
63 colegiado naquela localidade. Obrigado. **Dudson Carvalho** Certo. Conselheiro,  
64 você pode botar ao final da reunião essa pauta, já que está tratando aqui de  
65 proposições, e você está tratando aqui de um outro assunto tão quão importante,  
66 mas que a gente pode tratar ao final. Passo a fala ao conselheiro representante  
67 do Folclore e Carnaval, Elson da Silva Rocha. **Elson Rocha:** Boa tarde a todas  
68 e todos. Eu gostaria de sugerir a esta presidência, como nós já conversamos em  
69 várias reuniões, seja dentro dessas reuniões que nós fizemos, que a gente  
70 precisa ver como ficará a questão da demanda, juntamente ao Instituto. Uma  
71 outra questão é fazer um registro quanto à Comissão dos Pontos de Cultura, da  
72 qual eu sou membro. Eu já postei o Diário Oficial por várias vezes, e hoje nós  
73 temos uma pauta destinada aos Pontos de Cultura, onde estão colocando como  
74 representante uma pessoa suplente do Conselho Estadual de Cultura. Dentro do  
75 regimento interno, cabe o direito de fala aos titulares, e eu estou vendo que,

76 neste momento, fui excluído daquilo para o qual fui nomeado pelo Governo  
77 Federal. Muito obrigado. **Dudson Carvalho:** Conselheiro, se isso é uma  
78 proposição, a gente pode estar colocando no final da reunião para que seja  
79 discutido, está bom? A senhora, Lydia Lúcia está aqui não como conselheira,  
80 mas como representante dos pontos e membro da TEIA nacional, o qual eu sou  
81 um dos que preciso muito dessas informações. Tenho certeza de que o senhor  
82 também deve ter informações importantes e fique à vontade para que esteja  
83 somando durante a fala da conselheira Lydia Lucia, que está aqui como  
84 representante da TEIA, representante convidada, a quem eu tenho todo um  
85 respeito e carinho. Mais alguém? Não tendo nenhuma proposição, vamos  
86 continuar. Lembrando que as duas falas dos conselheiros podem estar sendo  
87 colocadas ao final da Reunião para que a gente possa estar avaliando os seus  
88 pontos. Para que possamos entrar nas deliberações do plenário, solicito ao  
89 secretário geral que nos informe a ordem do dia. Vamos lá, senhor secretário, o  
90 que temos para a **ORDEM DO DIA. Pedro Cacheado:** Hoje teremos na pauta,  
91 senhor presidente, os seguintes temas: 1. Apresentação das determinações  
92 sobre a condução das sessões plenárias; 2. Continuidade da apresentação  
93 sobre a alteração em artigos da Lei do CONEC, após pedidos de vista; 3. Pontos  
94 e Pontões; e 4. Pautas extras, sendo elas: a) edital federal de Arranjos Regionais  
95 do Audiovisual; b) Pedido de reconsideração do proponente Francisco Hélio Dias  
96 do Nascimento, referente ao Edital nº 10/2024; c) Ações de monitoramento dos  
97 editais já lançados em 2024; e d) Ações de busca ativa e cadastro de artistas,  
98 com participação dos conselhos de cultura. **Dudson Carvalho:** Obrigado,  
99 secretário-geral. Vamos iniciar: **1. APRESENTAÇÃO DAS DETERMINAÇÕES**  
100 **SOBRE A CONDUÇÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS:** Para que se permita  
101 manifestação durante a apresentação, suspendo a moderação por cinco minutos  
102 e concedo, no caso a mim mesmo, secretário-geral, porque estou presidindo,  
103 para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem for se  
104 manifestar poderá fazê-lo por até dois minutos. Então, gente, após uma análise  
105 de todo o nosso processo regimental, nós, juntamente com o presidente e com  
106 outros conselheiros, fizemos um planejamento para que a gente pudesse  
107 otimizar os nossos trabalhos. Nada mais é do que cumprir aquilo que a gente já  
108 vem trabalhando há algum tempo. Então, vamos lá. Convocação, no caso, pelo  
109 presidente. Convocar a reunião ordinária mensalmente. A convocação deve ser  
110 enviada a todos os conselheiros com antecedência de dois dias. E isso todo  
111 mundo já. Aguardando que isso vá para o quadro, para que os conselheiros  
112 online possam acompanhar. Nós estamos aqui também informando que estamos  
113 com uma nova equipe de estagiários, tendo em vista que se encerrou o contrato  
114 da equipe de TI. Então, estamos com uma equipe nova e estamos nos ajustando

115 a esse processo. Só um pouco de paciência aí para que os senhores possam  
116 acompanhar. Então, vamos lá. Todo mundo está conseguindo acompanhar  
117 agora? Os conselheiros que estão online, por favor, deem um ok. **Erica Dos**  
118 **Santos:** Sim, acompanhando. **Dudson Carvalho:** Então, aqui é mais ou menos  
119 uma tabela de como a gente vai conduzir esse processo a partir de agora. Não  
120 tem nada diferente do que a gente já fazia antes. É apenas para que fique  
121 registrado e que a gente possa cumprir em respeito aos nossos horários de  
122 trabalho, em respeito aos nossos colegas, para que a gente consiga tocar isso  
123 de forma mais prática e eficiente. **Manual de Condução de Sessão Ordinária**  
124 **do CONEC: Mandato Secretário-Geral Dudson Carvalho.** Este manual serve  
125 como um guia prático para a condução das sessões ordinárias do Conselho  
126 Estadual de Cultura (CONEC), com base no Regimento Interno. **Atos**  
127 **Preparatórios para convocação da sessão.** Então, aqui é mais ou menos uma  
128 tabela de como a gente vai conduzir esse processo a partir de agora. Não tem  
129 nada diferente do que a gente já fazia antes, tá bom? Apenas para que fique  
130 registrado e que a gente possa cumprir, em respeito aos nossos horários de  
131 trabalho, em respeito aos nossos colegas, que a gente possa conseguir tocar  
132 isso de forma mais prática e eficiente. **Convocação,** no caso pelo presidente:  
133 convocar a reunião ordinária mensalmente. A convocação deve ser enviada a  
134 todos os conselheiros com antecedência de 2 dias. **Elaboração de pauta:**  
135 secretário-geral organizar a pasta da reunião e a agenda dos trabalhos.  
136 **Proposições dos membros:** Secretaria-geral. Os membros do conselho  
137 encaminham por e-mail do CONEC ou WhatsApp do secretário-geral, que  
138 organizará por ordem de chegada. **Aprovação da pauta:** presidente aprova  
139 previamente a pauta de cada sessão e respectiva ordem do dia. **Sessão**  
140 **ordinária. Etapa, tempo, descrição de atividade. Vamos lá. Abertura da**  
141 **pauta:** Sessão, 5 minutos: será feita a abertura da sessão na hora marcada  
142 antes da verificação do quórum, o qual somente será contado quando for iniciar  
143 a ordem do dia. Senhores, isso aqui é um ponto importante, tendo em vista que  
144 a gente tem esperado até 1 hora, 1 hora e meia para iniciar uma sessão, e a  
145 gente, na verdade, nós podemos estar dando início à sessão com 15 minutos de  
146 atraso, lendo a ordem do dia. Porém, na hora de se fazer as votações e se  
147 encaminhar, claro que será verificado o quórum para que haja legalidade nas  
148 votações. Então, isso aqui é uma mudança importante para que a gente não  
149 fique como ficamos várias vezes, 1 hora, 1 hora e meia esperando o quórum  
150 para dar início às reuniões, tá bom? **Expediente,** 10 minutos: informações sobre  
151 o que se passou internamente entre a sessão ordinária do mês passado e da  
152 atual. **Proposição:** apresentação de temas ou assuntos que serão incluídos na  
153 ordem do dia da sessão atual ou de futuras. Caso proposta por voz, deverá haver

154 votação se entrará na pauta do dia. Então, quer dizer, na proposição, você pode  
155 estar encaminhando aqui para que seja incluída na pauta. Porém, essa  
156 proposição fica num segundo momento, numa outra listagem, para que a gente  
157 discuta. É o que está acontecendo hoje. Hoje nós temos 4 ou 5 pautas que serão  
158 tratadas após as que foram pautadas por nós como pauta principal. A gente  
159 chama de pauta secundária, pautas extras, porque a gente vai evitar aquela  
160 questão de tirar de pauta assuntos importantíssimos, que a gente vem  
161 trabalhando há tempos, tá bom? E esses assuntos, claro, serão todos pautados  
162 por vocês, essas pautas mais prioritárias. **Verificação de quórum**, 5 minutos: o  
163 presidente pede para verificar a presença do número mínimo de membros para  
164 deliberação. Aqui sim. Então, quando a gente já vai passar para uma votação,  
165 nós precisamos ver aqui se temos quórum para isso. Digamos que a gente  
166 apresentou as pautas e discutiu, e aí, meia hora depois, 1 hora depois, a gente  
167 resolveu votar. Vamos conferir como é que tá o quórum? E aí sim vamos partir  
168 para votação. E só será validado se tivermos quórum. Se não tiver, logicamente  
169 o nosso trabalho todo terá que ser feito novamente, terá que ser suspenso, tá  
170 bom? **Abre a ordem do dia**, 2 minutos: o presidente declara aberta a sessão. O  
171 secretário-geral lê a pauta do dia. Isso aqui já foi feito. **Apresentação da matéria**  
172 **das pautas principais**, que também já foi feito: 5 minutos por matéria. O  
173 presidente anuncia a matéria a ser discutida. O relator, se houver, ou outro  
174 componente, faz uma breve exposição sobre o assunto. O presidente poderá  
175 conceder maior tempo, até 20 minutos, para temas que seja suspenso o rito.  
176 **Discussão da matéria**, 2 minutos por inscrição: o presidente abre a palavra aos  
177 conselheiros inscritos para o debate. Cada conselheiro tem um tempo  
178 determinado para sua fala, podendo haver réplica e tréplica se o presidente julgar  
179 necessário, inclusive com o rito suspenso. **Encaminhamento e votação**, 5  
180 minutos por matéria: após o fim dos debates, o presidente encaminha a matéria  
181 para votação. A votação é, em geral, simbólica, quando as decisões forem  
182 tomadas por maioria simples. Nas qualificadas, será nominal, cabendo ao  
183 presidente o voto de qualidade, Minerva. **Proclama o resultado**, 2 minutos: o  
184 presidente proclama o resultado da votação, que será registrado em ata. **Pautas**  
185 **extras**, 5 a 20 minutos: as pautas extras entrarão até o limite de tempo da  
186 sessão. Nesses, poderão ser solicitados o pedido de inversão de pauta. As que  
187 não forem discutidas automaticamente entrarão na próxima sessão ou poderá  
188 ser convocada uma sessão extraordinária. Então, que se entenda, senhores  
189 conselheiros: em alguns momentos pautaram-se alguns temas, e achou-se que  
190 nós não estávamos incluindo as pautas. Estão aqui. A gente vai apenas tratar  
191 das duas que estão no primeiro momento e depois a gente vai avaliar as outras  
192 pautas pela necessidade, pela importância. Havendo tempo, vamos tratar de

193 todas. Não havendo, vocês fiquem à vontade para convocar a sessão extra para  
194 tratar desses assuntos, dessas pautas alternativas, tá bom? **Assuntos gerais:**  
195 espaço para breves comunicações finais, sem caráter deliberativo, e  
196 agendamento de próximas reuniões ou encaminhamentos. **Encerramento**, 2  
197 minutos: o presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a  
198 sessão. Então, isso aqui, a observação é importante: **Flexibilidade:** os tempos  
199 são sugestões e podem ser ajustadas pelo presidente conforme a complexidade  
200 das matérias e o andamento dos trabalhos. **Inscrições:** as inscrições para fala  
201 devem ser feitas ao secretário-geral durante a apresentação ou quando for  
202 informado que estão abertas as inscrições. **Tempo de voz:** o secretário-geral irá  
203 controlar os 2 minutos de fala e informará ao presidente quando o prazo for se  
204 esgotar, para que ele alerte ou corte o som. **Inversão de pauta:** somente  
205 poderão ser solicitadas nas pautas extras por qualquer dos membros. As pautas  
206 principais, somente o presidente pode alterar. **Questão de ordem:** qualquer  
207 conselheiro pode levantar uma questão de ordem para solicitar esclarecimentos  
208 sobre a condução dos trabalhos com base no regimento. A fala deve ser imediata  
209 e focada no procedimento, não no mérito da matéria. **Voto:** cada conselheiro  
210 titular tem direito a um voto. O presidente votará por último com o voto de  
211 quantidade (voto acompanhando a maior quantidade para não empatar o  
212 número de votos, podendo se abster) ou de qualidade (desempate). Então,  
213 senhores conselheiros, o que está sendo posto nada mais é do que a gente já  
214 vem trabalhando e achando algumas brechas para que a gente possa dar uma  
215 celeridade ao processo. Como no caso de estar podendo começar a reunião aí  
216 às 14h15, 14h10, 14h20, e deixando as votações sempre para quando tiver esse  
217 quórum necessário, tá bom? **Passo agora a condução ao senhor presidente**  
218 **Caio André e** volto à minha cadeira de Secretário-Geral. **Presidente:** Muito boa  
219 tarde a todos e todas aqui presentes. Primeiro, peço as escusas pelo atraso. Eu  
220 tive uma indisposição logo depois do almoço e aí precisei tomar banho para  
221 poder chegar aqui em condições de tocar o trabalho. Mas essas explicações  
222 foram trazidas da forma e da formalidade do andamento dos trabalhos trazidos  
223 aqui pelo secretário-geral Dudson, são comuns a qualquer parlamento. É assim  
224 a condução dos trabalhos. Quando a gente fala na **flexibilidade**, que é um dos  
225 últimos temas das observações, que os tempos são sugestões e podem ser  
226 ajustados pelo presidente conforme a complexidade da matéria, é porque isso  
227 sempre fica a cargo da presidência, seja quem quer que esteja aqui presidindo  
228 a sessão, ou o próprio secretário-geral, ou algum membro do conselho. Quem  
229 quer que esteja presidindo aqui os trabalhos, ele terá a condução dos trabalhos.  
230 Então ele pode flexibilizar o tempo ou não. O ideal é que nós todos respeitemos  
231 aquilo que está determinado no regimento interno e cumpramos com o tempo

232 determinado, que quase sempre é de 2 (dois) minutos. Quanto à questão das  
233 **inscrições**, elas sempre serão feitas ao secretário-geral, no momento em que  
234 forem abertos, para que as pessoas não queiram se inscrever no momento em  
235 que começa o debate, e aí utilizem da questão de ordem para discutir matérias.  
236 Isso é comum, gente, comum no parlamento municipal, no parlamento estadual,  
237 no parlamento federal. Muitas das vezes, um dos pares resolve utilizar-se da  
238 questão de ordem pra discutir matérias. Mas isso não é o que preconiza o  
239 regimento interno. E cabe ao moderador, quem está aqui presidindo a sessão,  
240 impedir que isso aconteça, para que nós não tenhamos uma série de questões  
241 de ordem para discutir matérias, e aquilo que é importante não seja discutido  
242 aquilo que foi colocado na ordem do dia, que é uma prerrogativa também de  
243 quem está presidindo a sessão com a Secretaria-Geral. Em qualquer  
244 parlamento, é para isso que se tem votação da escolha de secretário-geral, da  
245 escolha de presidente, para que encaminhe os trabalhos, o que não traz nenhum  
246 óbice para que nós escutemos tudo aquilo que é trazido pela sociedade civil,  
247 através dos seus representantes, em outro momento que não na ordem do dia,  
248 e não através de questão de ordem, para que nós consigamos otimizar aqui o  
249 nosso trabalho. Eu creio que isso é o que todos nós queremos. Todo mundo quer  
250 discutir aquilo que é importante, salutar. **A ordem do dia**, o nome já diz, é aquilo  
251 que precisa ser discutido naquele dia. E as outras pautas podem e devem, e  
252 serão incluídas num outro momento, que não na ordem do dia. A ordem do dia,  
253 ela é preconizada e colocada exclusivamente por quem está moderando o  
254 parlamento, no caso, a presidência e a Secretaria-Geral, que foi escolhida pelo  
255 próprio parlamento. Ok. Isso vai também ao encontro do que diz o **tempo de**  
256 **voz**. Nós falamos aqui que todos terão dois minutos. Nós, mesmo antes de vir  
257 aqui para o conselho e de assumir a secretaria, e por conseguinte, a presidência  
258 deste conselho, já no parlamento municipal, onde eu tinha uma cadeira, eu  
259 nunca tolhi a voz de ninguém, não faz parte da minha índole, não faz parte da  
260 índole de ninguém que está aqui. Nem dos que estão hoje, com cadeira no  
261 conselho, nem dos que estão por ora aqui à frente desta presidência ou da  
262 Secretaria-Geral. Mas é de bom tom e é importante que nós respeitemos aquilo  
263 que está no regimento interno e, portanto, por conseguinte, o tempo. Senão vira  
264 o samba do crioulo doido, e aí todo mundo se acha no direito de também ter mais  
265 tempo, de também burlar por um outro motivo qualquer, outro item, outro artigo  
266 do regimento interno. Então, nós precisamos nos policiar para nos mantermos  
267 dentro do tempo de dois minutos, prorrogados por mais um minuto. A **questão**  
268 **de pauta**, eu já falei: a **inversão da pauta** sempre acontecerá com relação às  
269 pautas extras, nunca na questão da ordem do dia. Porque, como disse, é o que  
270 preconiza não só o regimento, mas, como disse, qualquer parlamento. A ordem

271 do dia é trazida por quem está moderando, pela mesa diretora. Sempre é assim  
272 em qualquer lugar. E o **voto**, como foi dito: o presidente sempre votará no último  
273 voto, com o **voto de quantidade**. Ou seja, se a maioria estiver para um lado, o  
274 presidente irá votar. No parlamento municipal, nem votava. Só votava em caso  
275 de empate. O meu voto nem era computado. Só quando havia empate. Que  
276 também, neste momento, acontece o **voto de qualidade**: se houver empate em  
277 qualquer votação, o presidente votará com o **voto de Minerva**. Esses  
278 esclarecimentos são necessários para que nós continuemos dando bom  
279 andamento aos trabalhos. Não vai mudar muita coisa. Todos os senhores são  
280 conhecedores disso. Mas é importante que nós deixemos claro que as nossas  
281 reuniões precisam ter um alinhamento. Acho que a grande novidade aqui é que  
282 **não entrará nada na pauta da ordem do dia que não seja trazido pela nossa**  
283 **diretoria**. Tudo será trazido à pauta, mas não na ordem do dia, porque a ordem  
284 do dia é aquilo que necessariamente precisa ser discutido na reunião. Ok,  
285 senhores? Com a palavra, o conselheiro representante do Circo, Vanderley  
286 Pinheiro. E, em seguida, a conselheira representante do Teatro Jordania  
287 Damasceno Galdino. **Vanderley Pinheiro**: Senhor presidente, o senhor fala  
288 numa situação aí, o senhor mesmo já olhou o regimento para fazer uma inversão  
289 de pauta aí, da mesma forma que a gente pode solicitar essa inversão de pauta.  
290 Sempre, nesse conselho, o conselho ficou 10 anos desativado. Sempre, desde  
291 quando ele voltou, as pautas são trazidas pelos conselheiros e pelo seu  
292 secretário-geral. Entendeu? Sempre. Agora, a coisa parece que mudou de figura.  
293 Me explique, por gentileza: o que que está acontecendo? Algo estranho está  
294 acontecendo. Eu estou alarmado aqui. Estou perplexo com a sua fala.  
295 **Presidente**: Conselheiro, eu acho que o senhor não entendeu. É exatamente  
296 isso. Os conselheiros continuarão trazendo as pautas e entrarão nas pautas. Se  
297 solicitarem inversão de pauta, haverá inversão de pauta. A única coisa que  
298 estava acontecendo anteriormente, e aí eu não sei por que, havia a inversão de  
299 pauta de matérias que não estavam na ordem do dia, ou que foram inseridas na  
300 ordem do dia por proposições, o que não era o caso e não é o caso, porque o  
301 regimento não preconiza isso. E nós vamos continuar fazendo da mesma forma:  
302 quando os senhores solicitarem inclusão na pauta de qualquer matéria, ela  
303 continuará sendo inserida. Se necessitar de inversão de pauta, for votada  
304 inversão de pauta e for aprovada, a pauta será invertida. O que não há é essa  
305 inversão de pauta sobre aquela matéria que é a matéria principal, que é a ordem  
306 do dia, por questões óbvias. A ordem do dia, inclusive trazida no regimento  
307 interno, é aquilo que precisa ser discutido naquele dia, para quando nós  
308 estejamos numa reunião aqui do conselho, muitas das vezes pode ter acontecido  
309 de o que foi trazido para a ordem do dia nem foi discutido, porque houve a

310 inversão do ponto, e outras matérias foram inseridas, que podem ser inseridas e  
311 continuarão sendo inseridas, mas serão discutidas após a matéria principal, que  
312 é a ordem do dia. E, se necessitarem inverter essas matérias e discutir a matéria  
313 5 no lugar da matéria 1, continuará a decisão por votação dos conselheiros. Com  
314 a palavra, conselheira Jordânia. **Jordania Galdino:** Boa tarde a todos. Boa tarde  
315 a todos os conselheiros online. Boa tarde aos presentes. Boa tarde, presidente.  
316 Boa tarde, secretário. Eu acho sim pertinente no sentido de organização, eu acho  
317 bacana essa questão de organizar aquilo que está no regimento. Mas o que eu  
318 gostaria de acrescentar, presidente e secretário-geral, e colocando aqui o  
319 conselheiro Elson, então o que eu gostaria de acrescentar na organização desse  
320 pleno, assim como existe na Câmara Municipal, como o senhor colocou,  
321 presidente, no Legislativo e tudo, nós temos dois conselheiros da Nacional, que  
322 são o Elson e a Lucimar, eles batalharam muito lá pela transparência dessas  
323 reuniões. E eu gostaria muito, conselheiro Dudson, hoje que o senhor está  
324 fazendo o encaminhamento do seu dia de gestão. Nós tivemos dias  
325 maravilhosos. Eu digo maravilhosos porque eu sei que não é fácil ser secretário,  
326 estar sentado aí nessa cadeira, e é muito trabalhoso. E o que tem que prevalecer  
327 sempre, presidente, é que isso aqui é sociedade civil. Todas as decisões, todas  
328 as pautas, é preciso que a sociedade civil esteja com as pautas dela  
329 organizadas. Eu entendo totalmente, eu até comentei com o doutor Sérgio: será  
330 que eu vou ter que mandar um e-mail para incluir minhas pautas? Mas ele já me  
331 explicou o que ia ser colocado na reunião e tudo via explanação agora. Mas eu  
332 concretizo que, por exemplo, as reuniões nacionais são online e elas são  
333 colocadas no YouTube. Não é isso, Elson? A sociedade civil tem acesso a todas  
334 as discussões. Nossas discussões não são perante ao governo, são perante às  
335 pautas da sociedade civil. Então é preciso que haja o máximo de transparência  
336 de tudo, porque isso aqui é uma verba, verba federal, verba pública. Então é  
337 preciso que a sociedade civil tenha acesso a essas reuniões. As atas, elas são  
338 importantes sim, as nossas atas. Mas que essa reunião também possa ser  
339 transmitida. Que a gente possa, daqui a um tempo, verificar, não é, Paulo  
340 Holanda? Vocês, a conselheira que veio de Itacoatiara, de longe, que veio  
341 assistir. E eu tenho convidado ativamente o meu pessoal do teatro para estar  
342 presente também nas reuniões. E sempre falam: poxa, conselheira, eu não  
343 consigo participar porque as reuniões são à tarde, mas se tivesse gravação seria  
344 bom para eu assistir depois. Então eu queria colocar isso perante ao pleno: que  
345 a gente pudesse, sim, que essas reuniões possam ser transmitidas pelo  
346 YouTube, possam ser gravadas. Porque, na hora de votar, é importante saber  
347 quem votou nas políticas públicas que são debatidas dentro desse pleno. Muito  
348 obrigado. **Presidente:** Conselheira Jordânia, vossa senhoria traz proposição

349 importante para que nós coloquemos essas reuniões à disposição da sociedade  
350 como um todo. E já estamos aqui deliberando para que isso realmente fique à  
351 disposição da sociedade civil como um todo, através do YouTube. As reuniões já  
352 são gravadas, a gente só precisa colocar agora à disposição da sociedade.  
353 Transmitir ao vivo é mais difícil, mas a gente vai colocar à disposição da  
354 sociedade civil. Uma excelente proposição, e a questão da transparência é  
355 inerente a todos nós. O que todos queremos é o que todos vamos seguir nessa  
356 toada. Assim como a senhora traz à baila nesse momento, nós também temos.  
357 Todos nós aqui estamos corroborando com a solicitação de vossas senhorias.  
358 Com a palavra, conselheiro Pedro Cacheado. **Pedro Cacheado:** Secretário-  
359 geral e Presidente, no final do ano passado a gente estava com essa índole, que  
360 foi uma solicitação. A gente chegou a conversar isso em pleno. E nós pedimos  
361 alguns equipamentos para reformular as transmissões, para a gente não ficar  
362 dependente sempre de uma contratação para fazer essas transmissões. Então  
363 queria pedir para o senhor, quando possível, dar uma olhada nesse trâmite que  
364 já deve estar com a sua equipe, para que a gente compre câmera, mesa de corte  
365 e algumas outras coisas que a gente pediu para que faça essa transmissão. É  
366 isso. **Presidente:** Ótimo, conselheiro. Como disse, a gente já está deliberando  
367 para que isso venha a ocorrer. Vou em busca da solicitação que foi feita no  
368 passado, para que a gente veja em que ponto ela está, para a gente providenciar  
369 isso. É importante. Acho que, passado isso, vamos ao ponto de número 2.  
370 **CONTINUIDADE DA APRESENTAÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO EM ARTIGOS**  
371 **DA LEI DO CONEC APÓS PEDIDOS DE VISTA.** Para que se permita a  
372 manifestação durante a apresentação, suspendo a moderação por 20 minutos.  
373 Concedo a voz ao doutor Sérgio Cruz, da equipe de apoio e comissão especial  
374 legislativa, para conduzir as explicações e encaminhar as deliberações. Quem  
375 for se manifestar poderá se fazer por até 2 minutos. E aí a gente olha as  
376 inscrições aqui com o nosso secretário-geral. Com a palavra, nossa equipe  
377 técnica, equipe de apoio, através do Sérgio Cruz. **Dr. Sérgio Cruz:** Perfeito,  
378 pessoal. Vamos dar continuidade. Com a voz, secretário-geral. **Dudson**  
379 **Carvalho:** Senhores conselheiros, apenas uma explicação com relação à  
380 apresentação. Eu peço aos senhores que ouçam a apresentação totalmente que  
381 o doutor Sérgio vai apresentar, e ao final anotem tudo, lógico, para a gente levar  
382 isso para o debate. Só por questão mesmo de tempo, se faz essa leitura como  
383 um todo, vai anotando todos os pontos, e aí depois a gente volta para a  
384 discussão. Sempre lembrando que nós não estamos votando, está bom? Nós  
385 não iremos votar isso hoje. Vamos chamar uma extraordinária para isso. Eu só  
386 gostaria que todos os conselheiros tivessem conhecimento das alterações. E  
387 quem quiser contribuir com algo disso, que já passe no decorrer da semana ou

388 do tempo hábil até a data da votação, que a gente pode estar resolvendo ainda  
389 hoje para poder estar encaminhando. Lembrando: nós não estamos aqui  
390 decidindo que ele será encaminhado para a Assembleia, mas sim dando ciência  
391 a todos vocês das alterações propostas pelos senhores conselheiros, para que  
392 a gente possa estar fazendo o melhor texto possível para a Assembleia  
393 Legislativa. E também fazendo uma separação do que é possível fazer sem o  
394 estudo, com os estudos já existentes. Enfim, nós precisamos estar com isso de  
395 qualquer maneira na Assembleia Legislativa, para que a gente possa estar  
396 forçando uma organização geral da lei do conselho, fazendo uma coisa bem  
397 trabalhada. **Presidente:** Senhores, senhoras do conselho, é importante deixar  
398 claro que este conselho não encaminha nenhum projeto de lei dessa natureza  
399 para a Assembleia Legislativa de forma direta. Nós precisamos ainda submeter  
400 aquilo que vier a ser aprovado, como bem disse o secretário-geral, em reunião  
401 extraordinária para a Casa Civil, que aí sim irá enviar a minuta de projeto de lei  
402 para a Assembleia Legislativa. Afinal, esse tipo de projeto é um projeto de  
403 competência exclusiva do Executivo, do Executivo estadual. Nós não temos  
404 poder de legislar, nós não temos competência constitucional para enviarmos  
405 nenhum projeto de lei dessa natureza para a Assembleia Legislativa. Só para  
406 deixar bem claro que aquilo que a gente aprovar no futuro, na próxima reunião,  
407 nós precisaremos discuti-lo na Casa Civil e convencê-los, assim como a  
408 Procuradoria Geral do Estado, para que isso seja enviado à Assembleia  
409 Legislativa, ok? Dito isto, passo a palavra à nossa equipe de apoio, doutor Sérgio  
410 Cruz. **Dudson Carvalho:** Só para registrar a presença do nosso conselheiro  
411 Ludimar Kokama, que está em viagem e, com o maior esforço, conseguiu entrar  
412 aí. Para que conste sua presença na reunião, tá bom? Obrigado, Ludimar, pelo  
413 esforço. **Dr. Sérgio Cruz:** Então, dando continuidade, lembrando que essa  
414 primeira parte já foi apresentada, tá certo? As alterações nas nomenclaturas já  
415 passamos por elas. Perfeito. Só colocando aqui que é o artigo segundo, tá?  
416 Então essas alterações aqui foram já comentadas. A alteração na estrutura  
417 também já foi comentada. Perfeito. É só deixando a observação da alteração no  
418 caso do folclore e carnaval, que, na observação do apoio jurídico aqui, para  
419 encaminhar a referida alteração deve-se inicialmente aprovar o  
420 desmembramento. Ou seja, para fazer esse desmembramento, como a nossa  
421 cadeira é espelho da sociedade civil e do poder público, para manter a paridade  
422 e abrir novas cadeiras, como temos gratificação, necessita de estudo de impacto  
423 físico e financeiro, conforme já foi inclusive falado pela representante da SEFAZ,  
424 a doutora Cristina Helena. Ela já falou sobre isso na retirada de pauta, na  
425 verdade no pedido de vista, e me informou dessa necessidade. Ela ratificou já  
426 para nós internamente. **A quarta alteração é a alteração do mandato.** Também

427 há observações do apoio jurídico. Depois passaremos a fazer também o  
428 encaminhamento dessas alterações para todos, para o pessoal entender quais  
429 são as observações, porque no momento da votação vocês vão levar em conta,  
430 obviamente, a justificativa e a observação. **Então, aqui o sétimo é a alteração**  
431 **sobre o cargo de vice-presidente do conselho.** A observação também do  
432 jurídico é que, como não indica o período do mandato, fica subentendido que o  
433 vice-presidente teria o período de 2 (dois) anos. **Então, vamos lá para as**  
434 **alterações da remuneração e participação.** Foi onde nós ficamos na última  
435 sessão. O pedido de vista foi decorrente da alteração, dentre elas essa primeira,  
436 que é **alterar as sessões extraordinárias**, que não são atualmente  
437 remuneradas, para serem remuneradas. **Só que a observação que se faz aqui**  
438 **do apoio jurídico** é que a gratificação tem uma especificação de pagamento  
439 mensal. **Falas inaudíveis.** O Jeton, hoje é por sessão, quando é gratificação é  
440 pelo mês. Como a nossa lei estabelece gratificação e isso foi uma determinação  
441 da PGE na época da elaboração, então ficou da seguinte forma: gratificação,  
442 porque englobaria o valor mensal, independente de quantas sessões fossem  
443 feitas, sendo que para receber a gratificação precisaria da presença na sessão  
444 Ordinária. Então, a alteração que está sendo feita para que as extraordinárias  
445 sejam remuneradas. Se for feita essa alteração, a justificativa que se informa é  
446 que também tem que operar indicando qual é o teto de reuniões extraordinárias  
447 previstas. Porque, se não houver esse indicativo, esse projeto de ajuste na lei  
448 vai ficar travado por um bom tempo, enquanto não houver esse indicativo, a não  
449 ser que o Executivo ou o Legislativo destrave o andamento do processo. Indica-  
450 se que seja estabelecido um teto em regulamento e fixado o valor máximo de  
451 pagamento, está certo? **A 9ª alteração é no artigo 9º. Parágrafo único:** e trata  
452 da questão do voto, deixando mais claro como funciona, pois a escrita anterior  
453 foi informada pelos conselheiros como pouco clara. Então, foi feita essa  
454 alteração: o presidente do Conselho Estadual de Cultura apresentará seu voto  
455 apenas nos casos em que houver empate, sendo o voto de qualidade, seguindo  
456 posição da sua cadeira. **A observação do jurídico** é que, ao votar apenas nas  
457 situações de empate, cria-se a supressão de um voto no total de 22 cadeiras. A  
458 situação original permitia a participação do presidente, sendo indicado que, nos  
459 casos em que ele causaria um empate, poderia votar acompanhando a maioria,  
460 o voto de quantidade. Então essa é a alteração, com justificativa do apoio  
461 jurídico. **A alteração do artigo 11.** O entendimento, o presidente está falando  
462 que corre o risco de votar duas vezes. O entendimento anterior que tinha era que  
463 o senhor teria direito a dois votos, enquanto que lá, na verdade, como era muito  
464 técnica a informação. Então, a comissão optou por fazer aquele ajuste.  
465 **Parágrafo único:** as decisões e pareceres emitidos pelas câmaras setoriais

466 quanto a setores culturais não contemplados no conselho devem ser levadas em  
467 consideração e apreciadas pelo plenário em suas deliberações finais. **Qual a**  
468 **justificativa para essa alteração?** A proposta visa fortalecer o papel das  
469 câmaras setoriais, garantindo que suas contribuições não sejam meramente  
470 consultivas, mas que tenham peso e sejam formalmente consideradas pelo  
471 pleno, visto as diferentes visões e experiências debatidas nelas, para encontrar  
472 soluções mais eficazes para os setores culturais que não estão contemplados  
473 nos assentos do CONEC, mas que são extremamente relevantes para os  
474 trabalhadores culturais do Amazonas. Isso aumenta a representatividade e a  
475 profundidade técnica das deliberações. **A proposta foi feita pelo conselheiro**  
476 **André Durand. As observações do jurídico:** dizem que, tendo em vista o  
477 caráter específico das câmaras, elas poderão ser incluídas em artigo próprio no  
478 regimento interno, visando mais propriedade. Por quê? Porque a lei não está  
479 tratando das câmaras. Quando você cria um tema ligado a câmaras na lei, ela  
480 se torna mais rígida e difícil de alterar. Por isso que as discussões sobre câmaras  
481 setoriais são sempre colocadas nos regimentos internos. Se mais adiante quiser  
482 mudar o formato, após 2 ou 3 meses verificando que não está dando certo, pode-  
483 se fazer um ajuste. E o próprio conselho determina essa alteração, sem precisar  
484 depender do poder executivo nem do legislativo. Essas observações são apenas  
485 para fins de entendimento, para que no momento da votação vocês saibam se  
486 vão votar a favor ou contra a alteração proposta. **11ª alteração. O artigo 13 e**  
487 **parágrafos.** O artigo 13 foi alterado para que os membros do Conselho de  
488 Cultura que participarem das reuniões, na titularidade da cadeira, recebam  
489 remuneração mensal pelo desempenho das funções de conselheiro, a título de  
490 gratificação no valor de 34 (tinta e quatro) UFEIRs. Esse aqui também foi  
491 solicitado para retirada da proposta de votação, tendo em vista o que alegou a  
492 representante da SEFAZ, que essa questão precisa de estudo técnico. Se isso  
493 aqui nós aprovarmos, o que vai acontecer? Vai ser remetido para lá e vai ficar  
494 travado, porque eles vão devolver para que seja feito o estudo. E nessa situação,  
495 já ficou, no momento daquela discussão, acertado que seria retirado isso aqui  
496 nesse primeiro momento e depois seria feita uma segunda ação de alteração de  
497 lei, já depois do processo de estudo do impacto orçamentário e financeiro. §1º.  
498 O pagamento será proporcional à participação dos conselheiros nas sessões  
499 tanto ordinárias quanto extraordinárias. Aqui está se colocando uma situação,  
500 que foi aquela que eu falei anteriormente, onde as extraordinárias seriam  
501 remuneradas. Quando você fala que o pagamento será proporcional à  
502 participação dos conselheiros nas sessões, aqui eu vou explicar um pouco o  
503 entendimento que se terá dessa lei, e vocês têm que analisar para depois  
504 eventualmente pedir um ajuste nisso aí. Se vocês forem receber R\$.1.000,00

505 (mil reais) pela gratificação, se tiver somente a sessão ordinária e quem  
506 participou da sessão ordinária recebe os mil reais. Se teve uma sessão ordinária  
507 e uma sessão extraordinária, o pagamento será proporcional, ou seja, os mil  
508 reais vão ser divididos em duas sessões. Quem participar de uma sessão vai  
509 receber R\$500 (quinhentos reais); se não participar da outra sessão, não  
510 receberá os outros R\$.500 (quinhentos reais). Ok? Esse é o entendimento que  
511 vai ser consolidado. Se fizerem três sessões, uma ordinária e mais duas  
512 extraordinárias, ficaria, no exemplo que estou dando, R\$ 333,00 (trezentos e  
513 trinta e três reais) por sessão. Está certo? Esse é somente um esclarecimento  
514 que estou fazendo para vocês nesse ponto. Isso aqui esclareceria aquela  
515 questão das remunerações por sessão extraordinária. §2º. Perderá a gratificação  
516 mensal o membro que faltar a três sessões no período ou na sessão ordinária.  
517 Ou seja, aqui já é outro ponto que tem que ser analisado. O membro que não  
518 participar da sessão ordinária, mas participar de outras sessões, as  
519 extraordinárias, mesmo assim ele vai perder a gratificação mensal dele. Então,  
520 isso aqui tem que deixar bem redondo esse entendimento da justificativa para  
521 alteração. As propostas visam atualizar o valor da gratificação, protegendo-o da  
522 desvalorização inflacionária ao vinculá-lo à UFIR, proposta do **conselheiro**  
523 **Ludimar Kokama**, e tornar o sistema de pagamento mais justo e condizente  
524 com a participação efetiva. Quanto às faltas, a proporcionalidade foi defendida  
525 pelo **conselheiro Elson Rocha**, e a penalidade por faltas foi sugerida pelo  
526 conselheiro Cacheado. Isso incentiva a assiduidade e o comprometimento.  
527 **Observação do apoio jurídico:** A gratificação é uma especificação de  
528 pagamento mensal com base na presença na sessão ordinária mensal. A  
529 alteração não indica se caso, um titular que fizer presença na reunião ordinária  
530 e faltar a três sessões extraordinárias, sendo representado por um suplente,  
531 perderá a gratificação em favor do suplente que não participou da ordinária.  
532 Ademais, a alteração causa um impacto orçamentário-financeiro que demanda  
533 estudo. Então, a observação que estou fazendo é: se isso aqui for à frente e  
534 passar essa questão da forma como está, a remuneração terá que ser tratada  
535 no regulamento da lei. Ok? Esse regulamento da lei, deixando claro, deve ser  
536 feito pelo Poder Executivo, ou seja, um decreto governamental, independente do  
537 Conec. **12ª alteração – artigo 14.** Foi colocado lá no artigo 14, no final, que as  
538 despesas serão suportadas pelo CONEC, que terá autonomia administrativa e  
539 financeira. Hoje, lá está colocado que é a SEC que assume. Só que também  
540 esse aqui foi um dos pontos que, no pedido de vista da representante da  
541 Secretaria da Fazenda, informou que é necessário retirar isso aqui porque o  
542 órgão não tem CNPJ. Vai ter que se criar um CNPJ. Os conselhos não têm  
543 independência. Eles têm vinculação. Eles têm uma dependência. Eles são poder

544 público indireto, mas são acessórios, no caso da Secretaria. Então, nessa  
545 estrutura, ela entende que não se passaria isso. **Presidente: intervenção:**  
546 Desculpa até te interromper, doutor Sérgio. O que o conselho quer trazer aí,  
547 neste caso, é que essas despesas seriam suportadas pelo próprio Fundo  
548 Estadual. Acho que esse é o grande ponto. Se nós insistirmos na questão de  
549 autonomia administrativa e financeira, nós vamos inviabilizar a lei, por questões  
550 já trazidas aqui pelo doutor Sérgio. Não existe conselho com essa independência  
551 que nós queremos. Ele é um órgão acessório do órgão administrativo estadual,  
552 no caso, hoje, da SEC, deste conselho do qual nós estamos tratando. Os outros  
553 conselhos são acessórios de outras secretarias. Então, eu acho que o que a  
554 gente quer colocar aí é exatamente que essas despesas, e aí extraordinárias,  
555 que depois eu vou trazer mais à frente uma ideia, e o valor percebido das  
556 gratificações dos conselheiros, isso pode ser absorvido pelo próprio Fundo  
557 Estadual, que é deliberação do próprio conselho. Eu acho prudente. E depois eu  
558 vou trazer uma ideia que acredito que vai acabar fazendo com que a gente  
559 consiga fazer com que isso passe tanto na Casa Civil, na Procuradoria Geral do  
560 Estado como lá na Assembleia. Como eu vim dos dois, já trabalhei nos dois  
561 lados, acredito que dá pra gente ir ao encontro do que todos queremos, que é  
562 que os conselheiros percebam um valor razoável pelo trabalho que é executado,  
563 realmente, o valor hoje, é irrisório. Não paga nem o combustível de quem está  
564 trabalhando. Pelo contrário, está todo mundo pagando para trabalhar aqui. **Dr.**  
565 **Sérgio Cruz:** Só fazendo uma observação nesse comentário, presidente. A  
566 questão é que o fundo, qualquer fundo, existe uma norma federal que impede  
567 que ele seja usado para custeio. Ele é usado para fomento. E aí o custeio, como  
568 a remuneração ou gratificação dos conselheiros, é custeio. Por isso, ela fica a  
569 cargo da SEC. Mas nada impede que seja feito algum estudo, alguma busca por  
570 uma possibilidade de se encontrar uma alternativa nesse formato. **Jordania**  
571 **Galdino – Intervenção:** Eu acho muito pertinente o que o presidente está  
572 colocando, doutor Sérgio, porque assim, o que vem do fundo, tudo bem. Por  
573 exemplo, presidente, o nosso ex-secretário Pedro Cacheado fez um trabalho  
574 belíssimo junto à SEC da questão da busca ativa das demandas, que foi gerido  
575 do próprio dinheiro do governo federal, vocês sabem disso. E por que não utilizar  
576 isso como demanda? É isso. Nós trabalhamos para isso. Existe alternativa, sim.  
577 Não tem nada fechado, entendeu, doutor Sérgio? Colocar na lei que é difícil?  
578 Concordo. Justamente. É isso mesmo. Obrigada. **André Durand:** Eu queria só  
579 colaborar na fala da nossa amiga titular do poder público, ela diz que o conselho  
580 não tem CNPJ e que isso inviabiliza algumas ações. A própria conselheira  
581 Jordânia, depois, pode fazer um levantamento junto ao Conecta. Suplico à  
582 conselheira, em caráter de urgência, uma consulta com aquele colegiado, com

583 aquela presidente, para que a gente possa entrar num consenso. Existe o CNPJ  
584 do Fundo Estadual de Cultura, cujo número é 34.562.898/0001-03. Está ativo  
585 desde 29 de dezembro de 2010. Causa estranheza: o fundo tem CNPJ, é gerido  
586 pelo conselho, mas o conselho não pode custear determinadas situações. Hoje,  
587 por exemplo, precisamos comprar um microfone novo e não temos condições,  
588 porque temos que bater continência para a Secretaria de Cultura. E eu queria só  
589 pedir para o senhor, presidente Caio, que não se deixe contaminar pelos  
590 resquícios da gestão passada, e que possamos continuar tendo esse convívio  
591 harmônico com Vossa Senhoria. Este conselho precisava realmente de uma  
592 pessoa política dentro do colegiado, e a gente só espera que, nessa sua fala, na  
593 qual o senhor propôs uma alternativa, o senhor realmente fidelize o que este  
594 colegiada demanda, não somente a sociedade civil, como também o poder  
595 público. Na época do primeiro mandato, foi pelo governador, que a gente tem o  
596 TBT, que o senhor nos prometeu uma reunião com ele, já assumindo esse  
597 coletivo 25. Foi uma promessa de campanha, na qual ele não se omitiu em  
598 aumentar o Jeton. Então, aqui eu suplico a Vossa Senhoria que o senhor não se  
599 deixe contaminar pelos resquícios que ficaram da gestão passada e que a gente  
600 continue trabalhando entre o bem vencendo o mal. Obrigado. **Dr. Sérgio Cruz:**  
601 Só esclarecendo, conselheiro: essa questão do CNPJ próprio foi comentada por  
602 mim, não foi pela conselheira da SEFAZ. O que ela informou é que se trata de  
603 uma questão orçamentária. Então, isso envolve muitas coisas em relação ao  
604 CNPJ próprio do conselho. O CNPJ que existe é do Fundo, e o Fundo, como eu  
605 falei anteriormente, tem uma norma federal. Se for viabilizada uma alteração  
606 nessa norma federal, em relação aos fundos, não há problema nenhum. Mas,  
607 hoje, há uma proibição do custeio com o dinheiro do Fundo. O presidente já  
608 informou aqui que tem uma ideia de como contornar essa situação, e depois ele  
609 vai comentar, inclusive, com vocês. **A justificativa da alteração:** A busca por  
610 sede própria e autonomia administrativa visa fortalecer a capacidade de gestão  
611 e, ainda, o afastamento da estrutura da Secretaria, permitindo um funcionamento  
612 mais autônomo e adequado às necessidades do conselho. Essa é uma  
613 reivindicação do **conselheiro Ludimar Kokama. A observação é do apoio**  
614 **jurídico:** Para encaminhar a referida alteração, deve-se, inicialmente, aprovar a  
615 criação de um CNPJ próprio, visando a identificação orçamentária dentro da Lei  
616 Orçamentária Anual (LOA), indicando qual seria a fonte de recurso para garantir  
617 a sustentabilidade financeira das atividades do conselho. Destaco que há  
618 vedação legal ao uso do Fundo Estadual de Cultura como alternativa. Tal ato  
619 demanda um estudo de impacto físico-financeiro, para que se busquem  
620 mecanismos legais e contábeis que permitam maior autonomia orçamentária do  
621 conselho, diante da necessidade de criação de fonte orçamentária no estado,

622 em razão do caráter perene dessa demanda e com o objetivo de se alinhar às  
623 melhores práticas de governança. Então, essa é minha observação. Não estou  
624 dizendo que não pode. O que não pode, o que eu estou alertando é, primeiro,  
625 que será necessário obter autorização para a criação do CNPJ. Depois, será  
626 preciso, uma vez criado o CNPJ, alocar isso dentro do orçamento do estado,  
627 para então começar a independência financeira. O meu entendimento quanto ao  
628 uso do dinheiro do Fundo Estadual de Cultura é esse: existe uma norma que não  
629 permite o custeio. Tanto que o custeio que hoje se tem vem através de uma  
630 norma federal, que estabeleceu que 5% daquela verba poderia ser usada pelos  
631 estados e não pela União, no caso, estados e municípios, para a execução do  
632 projeto do PNAB. Agora vou encerrar. Vamos lá. Obrigado, agradeço a atenção  
633 de todos. E volto a dizer: isso aqui são apenas observações. Vocês podem votar  
634 a favor de todas elas, se assim desejarem. Entretanto, devem ter ciência dos  
635 riscos envolvidos nessa situação. O presidente está pedindo para voltarmos aqui  
636 na 8ª alteração: **As Sessões extraordinárias serão remuneradas** **Presidente:**  
637 Senhores, é como eu havia explanado no início. Depois que nós temos uma  
638 alternativa, inclusive a que acabou de ser citada pelo doutor Sérgio, nós temos  
639 5% previstos em lei federal que podem ser utilizados para o custeio da PNAB,  
640 especificamente. E nós temos aí a questão das sessões extraordinárias, que  
641 serão remuneradas. Depois, temos a questão das câmaras setoriais. Nós  
642 podemos criar uma câmara setorial exclusiva para o PNAB, e, a partir dela, fazer  
643 reuniões extraordinárias, utilizando, para isso, os 5%, a fim de alcançarmos uma  
644 percepção remunerativa bem maior do que a que temos hoje, algo mais plausível  
645 e o doutor Sérgio foi muito feliz ao observar que as sessões extraordinárias serão  
646 remuneradas. Nós precisamos, efetivamente, estabelecer um número máximo  
647 de sessões a serem remuneradas e qual será o valor, senão, nós vamos deixar  
648 o legislador decidir isso por nós. Penso que, como normalmente o mês tem  
649 quatro semanas, poderíamos fixar, no máximo, oito sessões extraordinárias, ou  
650 seja, duas por semana e, havendo necessidade, também reuniões nas câmaras  
651 setoriais. Vamos ao artigo **a 11ª Alteração: art. 13 (e parágrafos) trata dos fins**  
652 **do artigo 34.** Precisamos demonstrar impacto financeiro. Precisamos  
653 demonstrar uma série de fatores que, lá na Casa Civil e na PGE, já precisam  
654 estar prontos, para que, após isso, o projeto siga para o Parlamento Estadual.  
655 Não vejo dificuldade depois de vencida a etapa na Casa Civil, que é, a meu ver,  
656 o principal ponto. Se temos a ideia de que a percepção mensal dos conselheiros  
657 deva chegar a aproximadamente R\$ 5.000 (cinco mil reais) que é o valor que  
658 estamos projetando, devemos distribuir isso entre as reuniões extraordinárias e  
659 as câmaras setoriais, com recursos, inclusive, criando uma câmara setorial para  
660 tratar exclusivamente da PNAB, utilizando esses 5%. Dessa forma, o próprio

661 Fundo poderá fomentar isso. Porque, se partirmos do valor atualmente percebido  
662 pelos conselheiros para R\$ 5.000, enfrentaremos dificuldades junto ao  
663 Legislativo e ao Executivo Estadual na elaboração dessa lei. Volto a dizer aos  
664 senhores: já estive no Executivo, tanto na Casa Civil quanto na Secretaria  
665 Municipal de Esportes, na Secretaria Estadual de Esportes, e, depois, à frente  
666 de unidades gestoras do esporte e agora da cultura. Isso é difícil. É difícil sair do  
667 que percebemos hoje, valores irrisórios, que obrigam os conselheiros,  
668 praticamente, pagar para trabalhar. Isso é inconcebível. Precisamos melhorar  
669 essa situação, mas com estratégia. Se formos por esse caminho direto, não  
670 acredito que passe, nem na Casa Civil, nem na PGE, mesmo com a  
671 demonstração do impacto financeiro, para ser discutido na Assembleia  
672 Legislativa. Então, podemos dividir esses valores entre as reuniões  
673 extraordinárias e as reuniões das câmaras setoriais. É uma alternativa para  
674 alcançarmos algo plausível para os conselheiros, que, volto a repetir, têm  
675 demandas diárias da sociedade civil. Sabemos como isso é difícil. Estamos todos  
676 favoráveis a essa melhoria, só precisamos encontrar mecanismos para que isso  
677 passe, para que nós não encontremos barreiras que impeçam que o projeto de  
678 lei caminhe para o caminho que nós queremos, que é a aprovação deste  
679 aumento substancial. Para que fique um valor razoável para o trabalho que é  
680 exercido por todos. Ok, então nós, no decorrer da semana, vamos encaminhar  
681 algumas ideias nesse sentido. E, se os conselheiros tiverem alguma outra ideia,  
682 também encaminhem para que a gente tenha um poder de persuasão. Eu posso  
683 dizer para o governador e para o secretário da Casa Civil: “Olha, foi uma  
684 promessa, como foi dito aqui. Vamos aumentar. Vamos aumentar de R\$. 450.00  
685 (quatrocentos e cinquenta reais). Vai dar 3 UFIRS. A gente sai de 3.4, por  
686 exemplo, para 34. Vamos dizer: “Cara, vocês vão aumentar 10 vezes?” Ninguém  
687 quer saber que 3 UFIRS é 450 reais. Só que foi aumentado 10 vezes. A gente  
688 tem que controlar a narrativa disso, essa que é a verdade. Então, a gente sair de  
689 3.4 UFIRS para 10 UFIRS, para 15 UFIRS. É o que eu tô dizendo, e nós  
690 completarmos esse valor através das reuniões extraordinárias. 34 UFIRS, vai  
691 dar R\$. 5.000 (cinco mil reais). Se o ideal, e a ideia, é que nós cheguemos  
692 próximo a 5.000, ou a 5.000, que nós consigamos fazer isso dentro das reuniões  
693 extraordinárias, dentro das câmaras setoriais, onde a gente também pode  
694 utilizar, usar um pedaço dos recursos do próprio fundo e o governador fazer com  
695 que ele cumpra a promessa dele, mas que não cause nenhum problema, que  
696 ninguém vai dizer que era 450. Gente, vão dizer que nós aumentamos 10 vezes  
697 o valor. Essa que é a verdade. A gente vive isso todo dia lá. Então, essa é a  
698 nossa ideia: que chegue próximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vamos fazer  
699 chegar próximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mas vamos fazer com

700 inteligência. Vamos fazer com que ele cumpra, aumentando a quantidade de  
701 UFIRs para 15 (quinze), sei lá. Para 15 (quinze), aumentando 3 × 4 (três vezes  
702 quatro), pelo menos um salário mínimo dá. E isso por um salário mínimo. E aí o  
703 outro pedaço a gente aumenta dentro das reuniões extraordinárias e dentro das  
704 câmaras setoriais, que a gente pode trazer com o próprio fundo subsidiando isso.  
705 Criando uma câmara setorial que trate especificamente da PNAB. Nós já  
706 estamos fazendo isso. Aliás, daqui a pouco, o próprio instituto que se faz aqui  
707 presente, já vamos apresentar o plano de trabalho para que vocês já comecem  
708 a ir para a rua, como a conselheira Jordânia trouxe na sua fala, de que houveram  
709 alternativas para que a própria administração conseguisse fazer com que os  
710 próprios conselheiros, que são os representantes da sociedade civil, fossem  
711 utilizar sua força de trabalho e receber por isso e está tudo certo. Então vai ser  
712 apresentado isso. Nós teremos já o plano de trabalho, e vocês já começarão a ir  
713 para a rua por uma outra vertente também, para receber alguns outros recursos,  
714 efetivamente, entregando força de trabalho e execução de serviços para a  
715 sociedade. Perfeitamente, tudo justo, que é o que a gente tem que procurar fazer.  
716 Nós vamos apresentar isso através de reuniões extraordinárias, no máximo 8  
717 (oito), porque, senão, eles vão acrescentar o teto lá para a gente. E através de  
718 reunião de câmaras setoriais, uma exclusiva da PNAB, onde a gente consegue  
719 perceber recursos do próprio fundo, como já aconteceu em outros momentos.  
720 Então, eu creio que esse é um caminho. É um caminho plausível. É um caminho  
721 que a gente tem como dizer: “Nós só vamos colocar aqui, o Conselho só votou  
722 para que os conselheiros recebam 1 (um) salário mínimo.” Aí nós estamos  
723 levando o discurso. Estamos dizendo: “Não, todo mundo recebe 1 (um) salário  
724 mínimo, ok?” É diferente de dizerem que nós aumentamos 10 (dez) vezes os  
725 nossos próprios salários. Ninguém quer saber que não é salário. As pessoas  
726 tratam assim. Infelizmente, é assim. Ninguém quer saber se você trabalha às  
727 20h, 18h, às vezes viaja a semana inteira, trabalhando em prol do Conselho para  
728 ganhar R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), e tirando dinheiro do bolso?  
729 Ninguém quer saber disso. Quer saber que você aumentou o seu salário em 10  
730 (dez) vezes. É assim. Infelizmente, é assim que a banda toca. Então, vamos nos  
731 resguardar e, ao mesmo tempo, ir ao encontro do que todos queremos, que é ter  
732 uma percepção salarial condizente, minimamente condizente, vamos dizer  
733 assim, plausível, responsável e que chegue a um valor que possa ser suportado  
734 pela administração, suportado pelo fundo, e que não cause problema para  
735 ninguém. Eu acho que esse é o caminho, e nós vamos apresentar durante a  
736 semana para apreciação de todos. **Dudson Carvalho:** Só registrar aqui, de  
737 pronto, a presença do conselheiro Roberto Sá Gomes, que entrou agora. Estava  
738 numa consulta, está presente. Conselheiro Beto, da ALEAM, seja bem-vindo,

739 para que conste na ata. E também o conselheiro do maior segmento, Menci  
740 Melo, que acaba de chegar aqui também, para que conste. Para que não haja o  
741 corte do salário daqui para frente, esta mesa vai dar, a legalidade devida, já que  
742 temos que trabalhar, não é, doutor Sérgio? Dentro do que diz o regimento e a lei,  
743 ninguém mais irá deixar de receber por falta de acessar o link, que muitas vezes  
744 não consegue, tá bom? E agora, passar a palavra aqui para nossa amiga  
745 Jordânia, que está na vez, e na sequência, o conselheiro representante da  
746 Música, Menci Benavraham Melo Figueiredo. **Jordania Galdino:** Bom, eu  
747 quero só voltar à memória, presidente. Aqui, no primeiro mandato, nós tivemos  
748 um grande trabalho, maravilhoso, que foi o Conec Itinerante. Quando o senhor  
749 traz para a gente sobre as câmaras setoriais, nós tivemos uma grande  
750 experiência. O Thiago Hermínio, que está ali sentado, a doutora Anne sabem  
751 disso. O primeiro Conec Itinerante foi em Tefé. O senhor não tem ideia do quanto  
752 foi maravilhoso esse Conec Itinerante que foi estabelecido aqui dentro desse  
753 Conselho. Esse projeto, que só foi uma vez, viu, Menci? E isso é gratificante:  
754 a gente chegar até esses municípios. Eles ficaram extremamente felizes, porque  
755 nessas reuniões que o presidente está propondo, colocando as ideias, é fazer  
756 com que essas câmaras saiam, se não saírem da cidade de Manaus, e vá para  
757 o interior. Que volte o Conec Itinerante. Que a próxima reunião possa ser lá em  
758 Itacoatiara, a nossa reunião ordinária. A outra reunião ser em Iranduba, e assim  
759 por diante. Então, nós tivemos essa experiência maravilhosa, presidente. Porque  
760 nós somos um Conselho de Cultura, representantes do Estado do Amazonas.  
761 Nós não somos de Manaus. O senhor sabe disso, né doutor Sérgio? E nós  
762 deixamos isso como história, como legado. E, mais ainda, a busca ativa. Vocês  
763 não têm ideia de como foi a busca ativa. Quem estava no interior, quem trabalhou  
764 na busca ativa: Paulo Holanda, a conselheira Marly. Gente, esses projetos foram  
765 apresentados, foram feitas oficinas. A nossa Lygia Lúcia está aqui como  
766 conselheira, ela sabe disso, como foi maravilhoso. Esse monitoramento que até  
767 hoje eu monitoro, o pessoal do interior. Aqui é 24 horas no ar. É um trabalho que  
768 a gente tem com o presidente. Nós, como conselheiros, vamos trabalhar. A gente  
769 não deixa de falar com o fazedor de cultura do Estado do Amazonas, que não  
770 consegue ter acesso às vezes, mas eles têm acesso aos nossos números de  
771 telefone. Então, muitos desses projetos da busca ativa também foram aprovados  
772 através da busca ativa. E toda essa demanda grande, Paulo e Marly, sabemos  
773 que isso tudo é elaborado para que realmente a gente produza. Já tem demanda  
774 para isso. E é um trabalho. Conselheiro é trabalho, gente. Quem disse que não  
775 é? A gente deixa de fazer os nossos trabalhos como artista, fazedor de cultura,  
776 concluindo, e a gente coloca para ser conselheiro. Então, vamos lutar por isso.  
777 Eu fico muito feliz pela sua fala, presidente. Para concluir, eu agradeço muito

778 pela oportunidade de estarmos discutindo isso aqui. Obrigada. **Presidente:**  
779 Obrigado, conselheira Jordânia. Passo agora a palavra ao conselheiro Mencius.  
780 2 minutos. **Mencius Melo:** Fico feliz em ter o reconhecimento do presidente, dos  
781 presidentes, quanto ao maior segmento, que realmente a música sempre será.  
782 Quero saudar aqui todos os meus companheiros de conselho, ao secretário Caio  
783 André, parabenizá-lo pelo belíssimo trabalho em Parintins, quando da realização  
784 do 58º Festival Folclórico de Parintins, onde o meu boi Garantido, nosso  
785 Garantido, sagrou-se campeão, justamente, publicamente, legalmente campeão  
786 deste. Por favor, brinde essa vitória, deste o festival, Doutor Sérgio, doutora  
787 Anne, aliás, contrária aqui, não veio o tetra agora, mas vamos trabalhar. Quem  
788 sabe um dia? Mas quero aqui parabenizar o secretário Caio pelo trabalho.  
789 Secretário, a todos nós que estivemos lá, vi o conselheiro Pedro Cacheado,  
790 passando ainda apressado, estava ele. E contar de novo com a retomada desses  
791 trabalhos, para que a gente desenvolva, presidente Dudson, um grande trabalho.  
792 Nós temos 6 meses e tem muita coisa, Secretário Caio André, que a gente  
793 precisa colocar em prática para que a gente responda à sociedade que nos  
794 colocou aqui. Ok, obrigado. **Presidente:** Quanto à proposição atribuída pela  
795 conselheira Jordânia, eu penso que a reunião itinerante do conselho do Conec  
796 é fundamental. Nós estivemos em Itacoatiara, na reunião do fórum. O conselho  
797 foi de forma maciça. Outras reuniões, alguns conselheiros estão se deslocando  
798 para algumas unidades do estado, algumas cidades mais afastadas. Isso é  
799 fundamental, e eu acordo. Estou dentro. Vamos embora. Acho importantíssimo.  
800 Quando estive na Câmara, nós tivemos reuniões itinerantes da Câmara  
801 Municipal Itinerante, porque eu penso que nós precisamos estar onde o povo  
802 está e onde os fazedores de cultura estão. E é muito difícil, para muitas cidades,  
803 se fazerem apresentadas aqui na cidade de Manaus. Por ser uma cidade-estado,  
804 quase tudo está aqui, e as distâncias e as dificuldades do fator amazônico são  
805 enormes. Então, a gente precisa se fazer presente. Vamos fazer essa  
806 programação? Mais uma proposição que a gente vai levar adiante. Conselheiro  
807 Pedro, palavra assegurada a Vossa Senhoria. **Pedro Cacheado:** Eu fiz umas  
808 anotações aqui e, assim, antes de tudo, eu queria parabenizar a comissão  
809 legislativa. A gente chama de legislativa, mas é de Constituição e Justiça, que  
810 fez esse trabalho, me incluo nessa também. Eu acho que é um esforço muito  
811 importante, e eu acho que essa é uma das missões, então, assim, na oitava  
812 alteração, como bem disse o presidente Caio André, para gente colocar lá 8  
813 reuniões extraordinárias por mês. Até 8? No artigo 11º, alteração. Eu não lembro  
814 alteração das câmaras setoriais. Eu já concordo com a sugestão do presidente  
815 Caio André. É a 11ª alteração. Eu acho que é importante a gente retirar de pauta  
816 por causa do estudo de impacto no orçamento. E aí, presidente, tentar resgatar

817 o estudo que foi feito anteriormente com a SEFAZ. Isso precisa vir porque pelo  
818 menos para gente ter ciência, muitos de nós não estávamos na época como  
819 conselheiros, então era interessante a gente estudar isso também. E a  
820 comissão... Não? Sim. Mas, pelo menos, enfim. Mas eu acho que a alternativa  
821 que você está dando já é de bom tamanho, aí eu... Eu, como dúvida aqui, e aí,  
822 o Sérgio já esclareceu, de certa forma, que o fundo de cultura, no momento, é  
823 vinculado a políticas culturais, então, assim, ele vem determinado por uma lei.  
824 Então, é a Lei Paulo Gustavo, é a Lei Aldir Blanc. E a gente normalmente tem.  
825 Então, essas alternativas que foram dadas são importantes. E aí, é a gente  
826 pensar, atualmente, presidente da comissão da mudança da lei do fundo. E a  
827 gente tentar buscar uma dotação orçamentária para o fundo estadual de cultura,  
828 porque a gente ainda não tem essa dotação. Ela só tem trabalhado com recurso  
829 do governo federal. Então, se tipo 0,5% puder pingar no fundo, a gente teria um  
830 outro recurso e que também será o futuro, quando o Sistema Nacional de Cultura  
831 for implementado, e ver, Sérgio, se você puder, te peço para que veja a norma  
832 federal e estudos de caso, para gente tentar entender quais são outros conselhos  
833 que têm trabalhado com conformidades alternativas, então, assim, por exemplo,  
834 eu me espelho muito no da Bahia. Lá, os conselheiros recebem um recurso e aí  
835 eu não sei se esse recurso é do fundo ou se ele vem da Secretaria. Então, para  
836 gente, seria importante ter esses esclarecimentos. Tá bom? **Presidente:**  
837 Obrigado, conselheiro Pedro Cacheado. Algumas alternativas já estão sendo  
838 estudadas, inclusive passadas aqui para equipe de apoio técnico, no que  
839 concerne à captação de recursos pelo fundo, Não só na iniciativa privada, mas  
840 e também, e principalmente, pelo Poder Executivo estadual. Uma delas é que  
841 esses recursos são provenientes de aluguéis de espaços públicos culturais e de,  
842 é, algumas bilheteiras. De alguma forma, eles caíam diretamente no fundo, como  
843 nós fazíamos quando éramos lá da Secretaria de junto do Desportos de Lazer  
844 do Estado, onde todos os recursos provenientes é de aluguéis de espaços  
845 públicos esportivos caíam diretamente no Fundo Estadual de Esportes. Seria da  
846 mesma maneira. É uma alternativa. A outra alternativa, é claro, é buscar, dentro  
847 do Plano Plurianual, incluir, nas Diretrizes, Lei de diretrizes Orçamentárias,  
848 incluir uma dotação orçamentária para que, quando chegue a votação da Lei  
849 Orçamentária Anual, esteja lá contido em uma das naturezas orçamentárias de  
850 uma das ações no Fundo Estadual de Cultura, com alguma ação específica que  
851 receba algum recurso proveniente do Governo Estadual. Nós já estamos  
852 trabalhando nisso, a primeira premissa, que eu já explanei às Vossas Senhorias,  
853 já conversamos aqui com nosso apoio técnico, já estamos fazendo esse estudo  
854 necessário. Precisa de algumas alterações nos editais que compõem a AADC,  
855 nos aluguéis de espaço, mas nós já estamos trabalhando nisso, para que esses

856 recursos caíam diretamente no fundo, para que a gente gerencie daqui, para que  
857 o conselho gerencie daqui, inclusive até para custeio, se for o entendimento, em  
858 algum momento, dependendo do volume de recursos. Mas é, e até também, para  
859 que nós consigamos a manutenção, através do conselho, de forma mais rápida,  
860 mais fácil, desses mesmos espaços públicos culturais. A gente tem como  
861 deliberar isso aqui? É algo plausível. Além, é claro, de recursos próprios do  
862 Tesouro, através da fonte 100, vindo diretamente para o fundo. Nós estamos  
863 trabalhando nesse sentido. Eu acho que é isso, feitas as explicações sobre este  
864 tema, passamos para a próxima pauta de hoje: **PONTOS E PONTÕES DE**  
865 **CULTURA**. Para que se permita a manifestação durante a apresentação.  
866 Suspenda a moderação por 20 minutos e conceda a voz à conselheira suplente,  
867 representante da cadeira Afrodescendente e também, representante do  
868 Amazonas na Comissão Nacional de Pontos e Pontões Lydia Lúcia Nunes de  
869 Sousa, para conduzir as explicações e encaminhar deliberações. Quem for se  
870 manifestar poderá fazê-lo por até 2 minutos. Palavra assegurada, Vossa  
871 Senhoria. **Lydia Lucia:** Boa tarde. Eu gostaria de ter o auxílio agora do  
872 administrativo, para apresentar 2 documentos para embasar e certificar a minha  
873 participação nesta fala. Pedi para que ela apresentasse 2 documentos do Diário  
874 Oficial. Sim, é sim, Menciús Melo. Bom, no dia 08/05/2025, a Comissão Nacional  
875 de Cultura, da qual eu faço parte, que é a comissão que pensa e fala pelos  
876 pontos de cultura, apresentou um ofício. Esse é o mais recente, pode descer, por  
877 favor. Solicitando uma reunião com a Márcia Rollemberg, através da Márcia  
878 Rollemberg, para a ministra Margareth Menezes. Pode descer, por favor, pode  
879 descer, pode descer, apresentando a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.  
880 Tá a Dani, representando o GT do Acre, Eu Lydia Lúcia, representando o GT do  
881 Amazonas. Então, é a Comissão Nacional. Não seria irresponsável de me  
882 colocar perante a ministra Margareth Menezes se eu não fosse representante do  
883 Amazonas nos pontos de cultura. Por incrível que pareça, companheiros, eu sou  
884 a única representante do Amazonas dentro desta comissão, eleita legalmente  
885 em 2014, no único fórum do Amazonas. Foi eleita pelo voto direto, e lido.  
886 Cantado, foi aberto. Essa foi o que a gente leu anteriormente. Esse é o Diário  
887 Oficial, da SCDC, do Ministério da Cultura, do dia 9 de junho, no qual ele  
888 apresenta... Eu vou por aí. Pode, pode ir para aí, pode ir para aí. No qual ele  
889 apresenta, para o Ministério da Cultura e sociedade civil, os representantes  
890 indicados para compor a comissão de organização da Teia. Você pode descer?  
891 Ou você pode subir? Pode subir, pode subir, pode subir, pode subir. Porque isso  
892 aí é do poder público. A representante da Comissão Nacional de Pontos de  
893 Cultura: 5 membros titulares e 5 suplentes. Primeira titular: Lydia Lúcia Nunes  
894 de Souza. Eu, representante do Amazonas. Sou a única mulher... Não, não



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

895 única, não. Eu sou a única representante do Norte. Maria Estela Cabral é de São  
896 Paulo, Davy é do Rio de Janeiro, Dilma é do Rio de Janeiro, e o Valtemir é de  
897 Brasília. Eu sou a única do Norte, representando a Comissão Nacional dos  
898 Pontos de Cultura na elaboração da Teia Nacional, que é uma conferência. Bom,  
899 apresentando as minhas credenciais, que eu acredito que seja isso, para poder  
900 ter essa fala. aguardo depois as considerações. Eu vou falar um pouquinho do  
901 que me pede a pauta: **PONTOS DE CULTURA**. Pontos de cultura são ações da  
902 sociedade civil, são entidades com CNPJ, sem fins lucrativos, e que têm no seu  
903 CNAE ações de cultura. Primeiro ponto: isso aí é para credenciar ele como ponto  
904 de cultura. E para afirmar, TCC entidades coletivas são pessoas, pessoa física  
905 que se reúnem e trabalham as suas ações com outros fazedores de cultura, que  
906 também se tornam um ponto coletivo. Você elege um CPF e se inscreve dentro  
907 do Ministério da Cultura para fazer a sua solicitação de certificação. A Comissão  
908 Nacional dos Pontos de Cultura. Pontos de cultura são as entidades dos  
909 coletivos. São pontos de cultura sem CNPJ, só com CPF. A Comissão Nacional  
910 dos Pontos de Cultura acredita que todo fazedor de cultura é, em potencial, um  
911 ponto de cultura. O que o Ministério da Cultura e hoje os estados e municípios,  
912 através dos editais estão fazendo é simplesmente certificando essa ação. Se  
913 você trabalha na sua comunidade, como ponto, como fazedor de cultura, você já  
914 é, potencialmente, um ponto de cultura. O que o Ministério faz é simplesmente  
915 certificar. Eu também faço parte da comissão de certificação. Gente, não é que  
916 eu queira. É porque, se eu não for, o nosso estado fica sem representação  
917 alguma. Eu estou agora indo para o Espírito Santo, participar da visita técnica no  
918 Espírito Santo, sem poder estar, porque eu tenho outras atividades. Então,  
919 assim, estou abrindo mão. Eu posso mostrar para vocês a minha conversa com  
920 o Ministério da Cultura, querendo não ir, mas não tem ninguém no meu estado.  
921 Então, essa é a luta. Então, o ponto de cultura é isso: pessoas jurídicas sem fins  
922 lucrativos, com CNAE voltado para cultura. Coletivo cultural são pessoas  
923 reunidas. Hoje, o Ministério pede, nos editais, que pelo menos 2 grupos se  
924 reúnam e tornem um coletivo. Antigamente, anteriormente, eram 5. E  
925 permanece: 2 grupos que trabalham cultura vamos supor, música e teatro. Eu, e  
926 Menciús, a gente pode ser um coletivo. Claro que eu vou colocar o meu CPF,  
927 porque eu sou amostrada, eu gosto. Aí eu vou, faço a inscrição no Ministério da  
928 Cultura, solicito a certificação. Não querendo solicitar do Ministério, eu participo  
929 do edital do estado. Ou a gente vai lá para Parintins. Ah, não pode mais, porque  
930 já certificou. Participa do edital de Parintins, certo? A outra pergunta é como está  
931 sendo fomentado o dinheiro para os pontos? Através do edital. Gente, assim, há  
932 um conflito entre PNAB e Cultura Viva. A PNAB, até hoje, ela é uma ação de  
933 fomento. A Lei Cultura Viva é uma ação de edificação dos pontos. Toda vez que

934 você vai falar em Cultura Viva, a base de pesquisa da Cultura Viva são os pontos  
935 de cultura. A Comissão Nacional tem conversa direta com a SCDC, que é a  
936 Secretaria da Diversidade Cultural. Ela tem conversa direta e constante sobre a  
937 elaboração da Lei Cultura Viva. Nós participamos, inclusive eu já estive em 2016,  
938 quando essa cadeira do PNCV Política Nacional de Cultura, eu já estive nessa  
939 cadeira representando os pontos de cultura, que têm uma cadeira lá, que hoje  
940 quem participa é o Pai Jeová. Então, a gente sempre está trabalhando essa  
941 parte, fazendo com que esse recurso chegue na ponta. A ponta, para a gente, é  
942 a nossa base comunitária. Então, nossos recursos são direcionados sempre  
943 para isso. Por isso que a PNAB vem como fomento, mas vem para apoiar,  
944 direcionar um recurso para os pontos de cultura. É uma lei específica para esse  
945 trabalho. A outra questão... Eu não sei, não me esqueci. Eu acho que são as  
946 Teias. A Teia, a Teia Nacional de Cultura, é uma conferência nacional de cultura,  
947 de um formato diferente. Na conferência, são ouvidos os trabalhadores de cultura  
948 de uma maneira mais formal. Na TEIA, é ouvido o trabalhador de cultura e a  
949 sociedade civil que é ouvida através dos pontos de cultura. Esse ano, a cultura  
950 trabalha com um tema de sustentabilidade climática, justiça e sustentabilidade  
951 climática. Sempre a Teia trabalha nisso. Vai ser 24 e 25 de março no Espírito  
952 Santo de 2026. O que é importante para a gente? A gente vem lutando, porque  
953 nós não temos recurso. Nós somos sociedade civil. A Lei Cultura Viva não é uma  
954 lei de fomento. Então, a gente não tem dinheiro. A gente está tirando dinheiro da  
955 PNAB. Então, o que foi feito? Nós pegamos, conversamos com o Ministério. Nós  
956 que eu falo é a Comissão, porque a gente demanda. Nós estamos em todos os  
957 estados, da Comissão Nacional, e no Distrito Federal. E nós estamos em 4.000  
958 e alguma coisa de municípios. São 5.000 e tantos municípios. Nós estamos em  
959 4.000 e tantos municípios. Então, a gente conversa dentro da Comissão. São 41  
960 pessoas trabalhando entre os GTs estaduais e os GTs temáticos, porque cada  
961 um tem seu tema. E aí a gente trabalha com esses GTs, fazendo a demanda, só  
962 para explicar para vocês o repasse que foi feito... Essas informações que eu  
963 trago são informações públicas, essas informações aqui são tiradas do ciclo 1.  
964 Está no Portal da Transparência. Foram passados valores acima de 360.000 nos  
965 municípios. Eles têm obrigatoriedade de fazer edital para pontos de cultura. Qual  
966 o estado do Amazonas? Foi conversado que os municípios fariam edital para  
967 pontos, e só o estado faria para pontões. É questão de verba, o valor para os  
968 pontos é menor do que os valores para pontões. Numa conversa que nós  
969 tivemos com o outro secretário de cultura que veio aqui, o Leandro Antoang, da  
970 Secretaria da Diversidade Cultural, trazido assim por mim, porque eu precisava  
971 do apoio do Leandro, foi solicitado para a Secretaria de Cultura que fosse feito o  
972 edital estadual e o edital temático para a cultura indígena. E foi aceito, pelo

973 secretário anterior. Então, os municípios que receberam acima de 360.000,  
974 Coari, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaus, Manicoré,  
975 Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, esses municípios  
976 têm obrigação de publicar edital para pontos de cultura. Por que que nós  
977 estamos detalhando isso? Porque nós temos a conferência, certo? Que é a Teia.  
978 E ela precisa dos delegados, tá? Em 2026, agora para finalzinho de 2025, essas  
979 informações estão na IN 206, tá? Também é pública. Foi publicada no Diário  
980 Oficial no dia 13 de maio. A IN 206. Os entes que receberam acima de 360.000  
981 no Amazonas, Coari, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Manaus,  
982 Manicoré, Maués, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé, ou seja,  
983 todos os que receberam permanecem com uma diferença. Com uma pequena  
984 diferença. Esses municípios terão que realizar os seus fóruns municipais. E aí  
985 eu peço o apoio do Conselho para que nós possamos cobrar e ir até esses  
986 municípios, porque nós precisamos investigar se esse município vai mandar  
987 delegado à conferência, à Conferência Nacional. Esse ano, a Teia vai ter, por  
988 estado, 30 delegados, nós vamos levar 30 delegados do estado do Amazonas.  
989 A IN 206 já diz isso, eu estou com o regulamento interno também da Conferência  
990 de Cultura, que vai ser lá no Espírito Santo, que já foi aprovado pelo Ministério  
991 da Cultura. Nós já passamos para ele. Eu já estou... Eu posso passar de repente  
992 para o secretário, viu, Dudson? O regulamento interno, que vai ser publicado. É  
993 claro que os gestores estaduais serão chamados para uma conversa. Conversa  
994 daqui a uns 10, 15 dias, quando nós voltarmos do Espírito Santo. A SCDC vai  
995 chamar os gestores estaduais para essa conversa. Então, dentro desses  
996 municípios, tem verba do Cultura Viva para a execução dos fóruns municipais.  
997 Nós só temos que ver como nós vamos trabalhar essa indicação desses  
998 delegados. O município tem que mandar esses delegados para a capital, onde  
999 o estado assume o fórum estadual e manda para a Teia. O senhor também vai  
1000 ser chamado para conversar, viu, secretário? Mas já está. o Ministério da Cultura  
1001 está apresentando a instrução normativa que vai direcionar. Eu acho que já teve,  
1002 Anne, a primeira conversa sobre a PNAB 2. A 206. Mas tem aquela que a gente  
1003 participou juntas com a Carolina, que também já disse que o estado... que já  
1004 falou do fórum, já falou do fórum municipal, fórum estadual e da Teia Nacional,  
1005 que é importante a participação. Serão 30. Já foi definido o número de  
1006 participantes. São 30 delegados, eu gostaria de falar para vocês também as  
1007 diretrizes. Eu vou passar depois só para o presidente, eu acho. Olha só, nós  
1008 temos a Portaria nº 200, de 11 de abril, em que fala das diretrizes para aplicação  
1009 do recurso, que, no mínimo, né, o que nós já sabemos, é 10%, né, do estado  
1010 para destinação da implementação da Política Nacional Cultura Viva. Porque o  
1011 estado do Amazonas não tem Cultura Viva. Então, a gente começa a ter que

1012 pensar nessa implementação da Cultura Viva dentro do estado do Amazonas. É  
1013 lei. E aí, 20% dos recursos destinados aos estados para a implementação das  
1014 obras, de modalidade do Programa Territorial do Cultura, em âmbito do novo  
1015 Programa de Aceleração do Crescimento, os PACs. Isso está na IN 200, na IN  
1016 206, que fala dos recursos, de toda essa parte financeira que li agora ela tem  
1017 esses dispositivos que fala dos recursos ela tem também os valores que vão vir,  
1018 que eles alteram, eles alteram os valores para os estados e municípios. Inclusive,  
1019 só um exemplo: Humaitá vai receber R\$ 594.740,28. Isso é o que ele vai receber,  
1020 já recebeu, entendeu? Não? Mas isso aqui é do ciclo 2, assim, é do ciclo 2.  
1021 Então, já estão nessa IN também, todos os valores, e na Portaria 2 de julho, na  
1022 portaria 2 do Ministério da Cultura, ele fala da Teia. A Portaria nº 2, do Ministério  
1023 da Cultura, de 9 de julho, está no Diário Oficial. Ela fala que vai designar 26  
1024 membros titulares que é a criação daquela portaria que eu mostrei para vocês,  
1025 ele vai designar esses membros do poder público e da sociedade civil, que, no  
1026 caso, é a Comissão Nacional que trata disso, que trata dessa Teia e trata dessa  
1027 regulamentação e trabalho com a Cultura Viva. No regimento da comissão, ele,  
1028 no seu artigo 7º, diz que os eixos temáticos que organizam essa discussão da  
1029 Cultura Viva precisam estar presentes na Teia Nacional. Eu não tenho condições  
1030 de explicar, em 20 minutos, o que que é... Já tem 4. Eu não tenho condições de  
1031 explicar o que são os eixos temáticos. Mas nós temos que preparar os nossos  
1032 delegados para trabalhar esses eixos temáticos, porque são 26 eixos. E, no  
1033 Amazonas, em 2014, não entrou nenhum. Nosso representante em eixo... Eu  
1034 entrei pelo estadual, porque eu fui eleita aqui para ser representante estadual.  
1035 Então, eu não podia mais mudar e entrar em nenhum eixo lá. Mas tem eixo para  
1036 música, teatro, e tudo que vocês imaginarem. Tem eixo de trabalho. Nessa IN  
1037 também, no nosso regimento interno, ele fala das governanças. O que faz, o que  
1038 cabe para o Ministério da Cultura, o que cabe para os governos estaduais e  
1039 municipais. A parte de cada um já está descrita também nessa IN 206, que lá  
1040 vocês já vão encontrar percentual, com o valor que o município tem que investir  
1041 na contrapartida, eu posso disponibilizar, secretário, para o senhor, essa IN. A IN  
1042 206 e o senhor compartilha com quem o senhor quiser. As organizações da Teia,  
1043 que é aquela comissão que foi apresentada, da qual eu faço parte, compete a  
1044 ela a estrutura. Eu estou no GT. Além de estar na comissão, a gente se divide.  
1045 Eu estou no GT que vai julgar e organizar a ida dos grupos artísticos, vou votar  
1046 só em quem não é do Norte. E nós vamos fazer um trabalho legal, porque é  
1047 mista, todo mundo vai puxar o seu. E estou também no GT da comunicação  
1048 colaborativa. Porque, infelizmente, eu também tenho um pé no jornalismo,  
1049 também sou da comunicação, faço parte do setor de comunicação. Então, além  
1050 de produtora e gestora, sou jornalista. Então, eu optei por ir para a colaborativa

1051 porque estive na TL agora, no grande encontro indígena. Eu estive na  
1052 colaborativa pelo Ministério da Cultura. Foi muito legal. A experiência foi muito  
1053 boa, e eu quero repetir agora na Teia. Então, é isso. Nós temos um calendário  
1054 que eu vou ler para vocês, que é de suma grande, grande importância, foi  
1055 apresentado. É o calendário. É dia 15 agora, o lançamento da Teia, lá no Espírito  
1056 Santo, e a realização das Teias precisa acontecer de 15 de julho a 1º de  
1057 dezembro viu, Dudson? as Teias, tanto municipal quanto estadual, já têm a verba  
1058 da PNAB 2, segundo ciclo para isso. Então, as Teias, esse calendário precisa  
1059 ser encaminhado pela Secretaria de Cultura para o Ministério da Cultura, então,  
1060 a gente tem que apresentar esse calendário para que a gente possa fazer parte  
1061 dessa grande força e eu finalmente possa passar o bastão... ou não, quem sabe  
1062 eu não permaneça mais de 12 anos à frente da Comissão Nacional de Pontos  
1063 de Cultura? Eu vou adorar, quem sabe, ficar me aposentando por lá. Então,  
1064 assim, do dia 15 de junho ao dia 1º de dezembro, nós temos que apresentar o  
1065 calendário do Amazonas para a realização das Teias. Eu quero dizer que a  
1066 maioria dos estados brasileiros já está realizando as suas agendas. Já estão  
1067 realizando as suas Teias, os seus fóruns. Olha, o Amapá, Belém, Rondônia,  
1068 todos esses, Tocantins, já realizaram as suas Teias, menos o Amazonas. Então,  
1069 nós temos que começar a ver os municípios. **Presidente:** Aberto as inscrições  
1070 com o nosso secretário Dudson. Conselheiro André Durand já está inscrito. Se  
1071 inscreve também, neste momento, conselheira Jordânia. Mais alguém,  
1072 senhores? Pedro? Conselheiro Pedro, vamos encerrar as inscrições.  
1073 Começamos pelo conselheiro André Durand, pelo tempo de 2 minutos. Palavra  
1074 assegurada a Vossa Senhoria. **André Durand:** Muito obrigado, presidente.  
1075 Parabenizar a Lydia que aceitou o convite. Essa propositura, ela veio comigo,  
1076 ela veio de minha pessoa e eu gostaria de deixar registrado também, conselheira  
1077 Lydia, nos causa estranheza de como é que o impulso cultura que estão  
1078 divulgando agora, que é uma formação e empreendedorismo e economia criativa  
1079 no Amazonas, ela sinaliza justamente para os municípios que estão com o valor  
1080 para ser gasto, exemplo: Coari, ele tem o mínimo para gastar na Política  
1081 Nacional de Cultura Viva de 25% (cento e vinte e cinco por cento), que é R\$  
1082 148.685,50 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e  
1083 cinquenta centavos). E aí ele tem a contrapartida para os fóruns, que é de R\$  
1084 3.717,14 (três mil, setecentos e dezessete reais e quatorze centavos) e o  
1085 máximo para os fóruns TEIAS de pontos de cultura, ele teria 10% (dez por cento)  
1086 para gastar, que seria R\$ 14.868,65 (quatorze mil, oitocentos e sessenta e oito  
1087 reais e sessenta e cinco centavos). E essa empresa que vem perpassando por  
1088 esses municípios nos causa estranheza enquanto conselheiros nesses interiores  
1089 que a gente foi. Fora o descaso que essas empresas elas vêm fazendo com

1090 esses fazedores de cultura, conselheira Lydia e, fora os editais errôneos que  
1091 estão sendo implementados nesses municípios que estão descredibilizando,  
1092 principalmente aí os pontos e pontões de cultura, as pessoas e os fazedores,  
1093 como a senhora falou: 2 coletivos pode se reunir e fazer um ponto de cultura, e  
1094 causando dificuldade, até mesmo na elaboração do formulário que estão  
1095 disponibilizando com perguntas extremamente é muito técnica e onde a gente,  
1096 nos bastidores já vê, presidente Caio, edital já direcionado para determinados  
1097 pontos e pontões de cultura para agradar esses representantes das Secretaria  
1098 e coordenações de cultura. Então, a gente precisa ficar de olho, nesse momento,  
1099 nessa questão. E Lydia, qual seria a importância e a presença desse colegiado  
1100 que representa os fazedores de cultura do Estado do Amazonas nessas linhas  
1101 de frente para discutir realmente o que é a política pública, até mesmo porque a  
1102 senhora disse que cada um tem a sua informação? O MinC não pode atravessar  
1103 a política nacional cultural viva, porque não é especificamente do MinC. Aqui eu  
1104 encerro e parabênizo a sua explanação e no outro momento a gente lhe chamar  
1105 para uma reunião extraordinária para deliberar mais informação sobre essa  
1106 questão. **Presidente:** Perfeito, conselheiro. Inclusive, o secretário já está  
1107 anotando aqui para que nós marquemos uma reunião extraordinária para tratar  
1108 especificamente deste assunto. Com a palavra agora conselheira Jordânia pelo  
1109 tempo de 2 minutos. **Jordania Galdino:** Conselheira Lydia Lucia, primeiramente,  
1110 parabéns pela sua explanação belíssima. Desde 2014, é muito tempo, 11 anos  
1111 já, conselheira? Praticamente, para você ver. Eu vejo por uma questão histórica,  
1112 2014, me desculpa eu colocar isso aqui, mas não vou precisar. Depois da queda  
1113 da ex-presidente Dilma Rousseff, desde lá do golpe, que todos sabem que foi  
1114 2014. Eu escutando o que a Lygia falou do histórico dela, do trabalho, eu digo  
1115 dela aí, dos demais que GTs representando a nacional, no sentido da  
1116 organização conselheiro Menciús, organização da sociedade civil e, desde lá, do  
1117 golpe da Dilma, da nossa ex-presidente, a gente ficou, vamos dizer, disperso e  
1118 desarticulado, como quando ela traz esse histórico. Isso me veio lá atrás, foi um  
1119 retrocesso muito grande, um impacto muito grande que até o Conec também em  
1120 2014, mais de 10 anos também foi desativado, então todos os conselhos foram  
1121 desativar conselhos, grupos, ativismo, foram enfraquecendo, entende? Eu  
1122 queria colocar isso para os nossos suplentes, Marly. Então, gente precisa voltar,  
1123 nos articular, nos organizar. E eu queria assim que a Lydia pudesse vir em mais  
1124 reuniões, eu quero deixar registrado isso, porque é muita informação e ela tem  
1125 uma grande prática, no sentido de toda essa bagagem que ela tem. Na prática,  
1126 não é só teoria, mas na prática. Então nessa prática, que ela possa nos  
1127 assessorar e nos conduzir, para que esses municípios possam se organizar,  
1128 possam é se estruturar politicamente e como ela traz isso para o conselho, isso

1129 é muito importante, que a gente possa fazer é que esse isso vire uma demanda,  
1130 assim como a gente foi para fazer a busca ativa e ela aproveitou que estava  
1131 comigo, na minha equipe, maravilhosamente e ela levou essas demandas, essas  
1132 informações precisas, porque tem que chegar essas informações, conselheira  
1133 Marly, conselheiro Paulo, para o interior, para aqueles artistas que estão lá no  
1134 interior, aqueles artistas que estão aqui em Manaus, na zona rural e tudo que  
1135 não tem esse conhecimento, que nós como sociedade civil, nós temos esse  
1136 dever e o poder público chegar até lá. Muito obrigada, Lídia. **Presidente:**  
1137 Obrigada, conselheira. Com a palavra o conselheiro Pedro. Em seguida, o último  
1138 inscrito conselheiro Wanderley, pelo tempo de 2 minutos para cada.  
1139 **Pedro Cacheado:** Lydia, a primeira pergunta que eu tenho é  
1140 como que o conselho pode te ajudar a colocar essa tarefa em curso, porque pelo  
1141 que eu tô entendendo, caberia a Secretaria estadual de cultura fazer esse  
1142 manifesto com os municípios que receberam recurso para a lei,  
1143 não é isso? E chamar por essas organizações, para participar de uma  
1144 conferência primeiro, eles vão fazer conferências municipais, depois  
1145 conferências estaduais e assim saem os delegados para  
1146 participar da conferência nacional de pontos de cultura. E aí, tem uma questão  
1147 que inclusive eu acho que o Élcio pode contribuir, que é essa questão de  
1148 certificação dos pontos, porque lá quando a gente termina de fazer a certificação  
1149 diz que demora de 60 a 90 dias, e aí, se vocês estão, considerando que quem  
1150 poderá participar da Teia, nesse caso, quem ganhou o edital como ponto de  
1151 cultura, quem já está certificado, quem não está certificado vai poder participar.  
1152 Os conselheiros podem participar da teia? Então, são esses os  
1153 questionamentos, porque tem muita gente que no interior a gente tem assim,  
1154 monitorando. É, pode ser o monitoramento informal que a gente tá vendo é que  
1155 nos municípios, por exemplo, eles não estão solicitando certificação, e aí, quem  
1156 tem ganhado os editais normalmente são coletivos informais. E aí, dentro desses  
1157 coletivos informais, quem seria a pessoa que representaria o CPF  
1158 representante? Então, esses pormenores que é para a gente tentar te ajudar a  
1159 exaurir essa tarefa e conclui-la com êxito. **Presidente:** Obrigada, conselheiro.  
1160 Alguns questionamentos foram trazidos pelo conselheiro Pedro Cacheado, mas  
1161 nós vamos ouvir primeiro o conselheiro Vanderley, que é o último inscrito. Em  
1162 seguida, passo as considerações finais e as respostas a nossa grande  
1163 conselheira Lydia. **Vanderley Pinheiro:** Boa tarde a todos. Porque assim, dentro  
1164 dos municípios, os editais estão saindo, estão sendo lançados e o proponente  
1165 se coloca como pessoa física, e quem se responsabiliza pela condução do  
1166 processo, enquanto política de cultura, é a própria prefeitura. Isso é um ponto de  
1167 questionamento em relação à substituição do representante de uma plateia.

1168 Como é que se dá esse processo? Porque a senhora já está há uma longa data,  
1169 e eu acredito que a senhora já queira passar a condução desse processo para  
1170 outra pessoa que seja capacitada, é claro. Como é que se dá esse processo?  
1171 **Presidente:** Obrigado, conselheiro Vanderley. Vamos às considerações finais da  
1172 conselheira Lydia Lucia. **Lídia Lucia:** Então vamos lá. Como o conselho pode  
1173 ajudar? O conselho é fiscalizador da verba que é repassada para estado e  
1174 município. Então a gente pode ter essa voz, essa interlocução, de fiscalizar onde  
1175 está sendo aplicado esse dinheiro da PNAB e do Cultura Viva. Esse é um ponto.  
1176 Outro ponto: somente os pontos certificados participam. Os editais da PNAB são  
1177 certificadores. Por mais que não estejam no Mapa da Cultura, quando sai o  
1178 resultado e vai para o Diário Oficial, isso já é um documento. A Comissão  
1179 Nacional dos Pontos de Cultura já aceita a declaração como certificação. Já foi  
1180 certificado, saiu o resultado. Porque, assim, o edital pede 100 pontos para  
1181 premiação, mas a partir de 50 pontos o proponente já é ponto de cultura  
1182 certificado. Então já tem validade para o fórum esse documento. Outra coisa: vai  
1183 ser criada, está vindo a instrução normativa para o estado, uma Comissão  
1184 Gestora Estadual para a Teia. O senhor, como gestor de cultura, vai participar,  
1185 porque dentro da Teia tem o Fórum dos Gestores. Então vai ser criada uma  
1186 comissão, e aí sim nós vamos definir quem vai participar dessa comissão da Teia  
1187 do Estado do Amazonas. Agora, outra coisa: eu vou viajar, sim, como  
1188 conselheira, porque eu sou nata, tá, Vanderley? E vai ter que ser eleito dentro  
1189 do Fórum Estadual o representante. Não é que eu queira ficar. É que, desde  
1190 2014, o Amazonas não realiza fórum. Então eu permaneço, tá? Mas eu estou  
1191 louca para passar para uma pessoa tão maravilhosa quanto eu, querido, tão  
1192 gostosa quanto eu. **Presidente:** Obrigado, conselheira Lydia. Senhores, nós  
1193 temos dois minutos para o encerramento da sessão ordinária. Isso é só para  
1194 deixar claro que, se nós estivéssemos dando o rito que se dava anteriormente,  
1195 correríamos o risco, se houvesse invasão de pauta para as pautas extras  
1196 extraordinárias do dia de hoje, de não discutirmos aquilo que foi trazido como  
1197 prioridade na ordem do dia. É tão somente isso. Ou seja, quando do  
1198 encerramento da nossa reunião ordinária, se alguma das pautas extras não  
1199 forem colocadas em análise no dia de hoje, elas automaticamente serão  
1200 inseridas na pauta seguinte ou em pautas extraordinárias, sem o menor  
1201 problema. Cabe apenas que nos reunamos e decidamos se faremos reuniões  
1202 extraordinárias ou incluiremos na próxima reunião ordinária. Senão a reunião  
1203 não tem fim. E, regimentalmente, ela diz que tem até 3 horas para ser concluída.  
1204 Determino à nossa equipe técnica que emita a ata da reunião ordinária de hoje  
1205 e encaminhe à SEC, para que a SEC já faça as conexões necessárias com as  
1206 cidades aqui citadas, para que possamos dar início ao chamamento dessas

1207 prefeituras e, a partir daí, auxiliá-las para as reuniões e fóruns necessários,  
1208 dando todo o apoio necessário, em parceria com o Conselho Estadual de  
1209 Cultura. Comunico também que já determinei à ASPC que envie o e-mail com  
1210 ofício ao Instituto, para que possamos dar início ao plano de trabalho, para que  
1211 os conselheiros e o Instituto já possam iniciar as atividades do segundo ciclo.  
1212 Aliás, dos seis editais restantes, aproveito para informar a todos os conselheiros  
1213 uma informação importante. Recebi uma ligação ontem do procurador  
1214 responsável pelos nossos editais, dos quais um está com problemas e será  
1215 devolvido integralmente à SEC, no dia de hoje, já deve ter acontecido, se não,  
1216 cobrarei até amanhã. Esse edital será devolvido na integralidade. Os outros  
1217 cinco precisam de alguns ajustes. Portanto, não temos como, na data de  
1218 amanhã, realizar o lançamento desses seis editais que propusemos, votamos e  
1219 aprovamos na última reunião. Isso ocorre porque, segundo a Procuradoria Geral  
1220 do Estado, a PNAB ainda é uma lei muito nova, ainda tem muita coisa a ser  
1221 aprendida. Não existe ainda nenhuma jurisprudência no Tribunal de Contas da  
1222 União, nenhuma resolução. Então, as amarras precisam ser feitas dentro dos  
1223 editais para que não haja prejuízos futuros, nem para a gestão, nem para o  
1224 conselho, nem para aqueles que estão recebendo os recursos. Estão fazendo  
1225 essas amarras nos cinco editais citados. Um está voltando na integralidade,  
1226 porque houve um erro de anexo. Isso me foi informado pelo doutor Paulo  
1227 Lindoso. O Conselho será notificado oficialmente. Estamos trabalhando todos os  
1228 dias. Falo com o procurador-geral, com o procurador Jordano e com o procurador  
1229 Paulo Lindoso, que é o responsável direto pelos nossos editais. Eles têm dado  
1230 a celeridade possível dentro do serviço público. Serviço público não é iniciativa  
1231 privada. Existem inúmeras outras atividades que também precisam da mesma  
1232 celeridade e atenção. Mas o procurador Paulo Lindoso me garantiu que esses  
1233 cinco editais chegarão até a SEC, prontos, até sexta-feira, ou seja, até o final  
1234 desta semana. E o outro, nós iremos devolver o mais rápido possível para que  
1235 ele possa analisar com a maior celeridade possível. Temos algumas outras  
1236 comunicações. Vou prorrogar nossa 41ª Reunião Ordinária por, pelo menos,  
1237 mais meia hora, para as considerações finais, para que possamos levar as  
1238 pautas trazidas pela sociedade civil e pelos conselheiros para uma possível  
1239 reunião extraordinária na data que melhor convier, ou na próxima reunião  
1240 ordinária, conforme vossas senhorias decidirem. Passo agora a palavra ao  
1241 nosso secretário e em seguida, ao conselheiro Menciús. **Dudson Carvalho:** Eu  
1242 serei rápido, apenas aos senhores conselheiros: temos agora um formato  
1243 diferenciado. A conselheira Jordânia já estreou esse novo momento. Cada vez  
1244 que você solicitar alguma coisa, você já vai ter na mesa o documento para  
1245 preencher, assinar e entregar ao administrativo. Você pode receber isso também

1246 pelo WhatsApp e por e-mail. Agora a gente vai tratar direto. Cada coisa que  
1247 solicitar, já preenche e encaminha. Para nós, que temos a vida corrida, depois  
1248 não precisar chegar em casa, esquecer de encaminhar e, na próxima reunião,  
1249 solicitar dizendo que consta em ata. Constar em ata não é o suficiente.  
1250 Precisamos encaminhar para que se gere um processo. Então agora temos o  
1251 documento físico, por WhatsApp e por e-mail. A segunda coisa, com relação aos  
1252 mestres, quero fazer um pedido oficial e quero o apoio de cada conselheiro para  
1253 o senhor secretário: nossos mestres receberam premiação financeira e tudo, e  
1254 estamos devendo. Além de dever ao mestre Jair, quero reforçar o pedido do  
1255 conselheiro Menciús que seja feito aquele reconhecimento à família e que se  
1256 encontre uma maneira possível de incluir essa parte financeira para a família.  
1257 Gostaria que fizéssemos, secretário, uma homenagem, uma grande  
1258 homenagem a todos esses mestres que receberam esses valores e não têm até  
1259 hoje um diploma para colocar na parede dizendo: “Eu sou mestre.” Eles têm que  
1260 ir lá no Diário Oficial pegar uma letrinha miúda para dizer que são mestres. Isso,  
1261 no meu entender, é muito injusto com essas pessoas que, merecidamente, foram  
1262 reconhecidas como mestres da cultura. Solicito, em nome de todo este conselho,  
1263 uma homenagem, um diploma à altura. Um diploma e uma homenagem pública.  
1264 O diploma é o mínimo possível. Gostaria de uma homenagem no Teatro  
1265 Amazonas, por exemplo, onde chamássemos a imprensa, todo mundo, e  
1266 disséssemos de coração: muito obrigado por tudo o que vocês contribuíram com  
1267 a nossa cultura. Secretário, é só isso. **Presidente:** Acolho a íntegra. Acho que é  
1268 bom para todos os conselheiros. Já peço que conste em ata e determino à ASPC  
1269 que façamos os procedimentos necessários para que essa justa homenagem  
1270 seja realizada. Trazê-los, sim, com certificados e entregá-los não só com a nossa  
1271 palavra. Agora, quem está na fila da secretaria: conselheiro André Durand, em  
1272 seguida conselheiro Menciús, por último conselheiros Jordânia e Camaleão.  
1273 **André Durand:** É só para reforçar a fala do secretário Dudson sobre essa  
1274 homenagem para o Jair Mendes, para que o Estado repare o que ele fez,  
1275 presidente, contra esse artista. Até mesmo na sua fala, eu fiquei surpreso quando  
1276 o senhor cita a PGE, que analisou os editais. Nós, enquanto conselho, também  
1277 precisamos ver esses editais. E aqui eu me visto de preto, em luto a esse  
1278 instituto. Fico de luto para o instituto e sigo com o senhor em todas as suas falas.  
1279 Eu gostaria que o senhor também acionasse o jurídico, tanto do conselho quanto  
1280 da SEC, aproveitando que a Lígia ainda se faz presente aí, enquanto Cultura  
1281 Viva, sobre essas empresas que já estão querendo se aproximar dos municípios  
1282 que vão aplicar a Política Nacional de Cultura Viva, para que a gente isole esses  
1283 municípios desses cupins que estão se aproximando para corroer essa madeira  
1284 de lei que esses municípios galgaram para a retirada da mata e se projetarem

1285 enquanto artístico, para não serem apenas sanguessugas, tá, presidente? E que  
1286 a gente veja de que forma conseguimos blindar esses municípios. Quero deixar  
1287 registrado que, na minha ida ao encontro lá no Santo Antônio do Içá, nos  
1288 municípios do Alto Solimões, eu me senti, e vejo isso em qualquer reunião em  
1289 que os conselheiros estão, que esses lugares não querem a presença deste  
1290 conselho, porque ali a gente nota alguns lobbies que são feitos, e a presença  
1291 dos conselheiros nessas reuniões tumultua esses lobbies. Então, aqui eu  
1292 gostaria de deixar registrado e parabenizar o secretário Valery pelo acolhimento,  
1293 pelo convite feito à Vossa Senhoria. E quem vos fala representou e contribuiu  
1294 muito bem com as políticas e informações lá naquela reunião. Obrigado.  
1295 **Presidente:** Obrigado, conselheiro. Passo a palavra ao conselheiro Mencius.  
1296 **Mencius Melo:** Lembrando que naquela nossa ida a Itacoatiara, Jordânia foi  
1297 presidente, Caio foi providencial, e você vê o brilho nos olhos da proximidade  
1298 deste conselho, desta Secretaria de Estado, com o fazedor de cultura. Quero  
1299 aproveitar a fala do André, mas quero aqui fazer uma reflexão diante de todos  
1300 os conselheiros e ao próprio presidente, ao secretário Dudson. Eu acho que nós  
1301 passamos seis meses de adaptação, doutor Sérgio, ao novo secretário, que já  
1302 está praticamente coordenando tudo e entendendo o fluxo da máquina. Baseado  
1303 nisso, eu peço que a gente tenha, com a nossa assessoria jurídica e com o  
1304 Instituto, a máxima celeridade, para que a gente responda à sociedade. Porque  
1305 a sociedade está esperando há seis meses que este conselho devolva algo. E  
1306 me causa uma estranheza, uma surpresa, essa devolução. Não é uma crítica  
1307 negativa, mas sim a percepção de que precisamos lançar o edital o mais rápido  
1308 possível, secretário Caio. Então, a gente precisa acelerar nesses próximos  
1309 meses esse processo de construção cultural, desse fazer artístico, doutora Anne,  
1310 para que a sociedade se sinta contemplada. Falo aqui como amigo do Instituto,  
1311 para que a gente dê à sociedade a resposta que a Jordânia nos cobra e, como  
1312 conselheiros, nós temos que dar. Acho que a gente perdeu um pouco de tempo,  
1313 o que é natural no processo de adaptação, tanto deste conselho quanto do  
1314 próprio secretário Caio André. Mas agora é hora de acelerar. Agora é hora de  
1315 colocar na rua o nosso bloco e fazer valer a missão que nos foi dada enquanto  
1316 conselheiros, enquanto secretário de Cultura: fazer a cultura do Estado do  
1317 Amazonas, por meio de editais, por meio desses financiamentos públicos, andar  
1318 e produzir. Para que a gente tenha, com certeza, resultados junto a todas as  
1319 nossas classes. A Jordânia responde ao Teatro Camaleão, à capoeira; a Lídia  
1320 também; o Pedro responde ao audiovisual; eu respondo à música, que é o maior  
1321 segmento; o Dudson responde. Enfim, todos nós temos aqui nossos  
1322 compromissos, e nós precisamos responder. Obrigado, secretário. **Presidente:**  
1323 Agradeço ao conselheiro Mencius. Concordo plenamente com Vossa Senhoria.



# AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

1324 Estamos com o pé no acelerador. Nós não estamos medindo esforços para que  
1325 essa resposta aconteça o mais rápido possível. Isso inclui também a nossa  
1326 assessoria, nosso apoio técnico e também o Instituto. Estamos correndo com  
1327 tudo o que é possível. Mas, em alguns momentos, há entraves burocráticos  
1328 inerentes ao serviço público, que, infelizmente, é muito moroso e burocrático por  
1329 questões alheias à nossa vontade, de muitas, **inaudível** ao que existe a imposto  
1330 e vão se criando a mais para evitar que haja é desvio de verbas públicas e isso  
1331 faz com que o processo seja cada vez mais burocrático, cada vez mais moroso.  
1332 Mas no que tange a nossa vontade, o nosso trabalho, o nosso empenho, nós  
1333 estamos todos. O pé no acelerador para que isso saia o mais rápido possível,  
1334 inclusive é a ligação veio justamente porque nós já enviamos dizendo que íamos  
1335 lançar no dia 10 e aí eles se sentiram compelidos a nos dar essa resposta e nos  
1336 dar esse. Esse retorno é dessa documentação. **Pedro Cacheado:** Secretário e  
1337 presidente, eu queria pedir encarecidamente, que a gente possa convocar essa  
1338 reunião extraordinária o mais breve possível. Porque dentro da pauta que eu  
1339 coloquei lá, que é esses arranjos regionais do audiovisual, a gente precisa, vai  
1340 precisar de uma articulação interna governamental. Você vai precisar articular  
1341 com eu sei que sim, que já está tendo essa articulação, mas a gente precisa.  
1342 entregar um plano de trabalho. Eu é já me coloco à disposição para ajudar nesse  
1343 plano de trabalho. Eu sei que tem gente muito competente do audiovisual  
1344 também, que tá lá, o Thiago Hermido, o pessoal da ASPC pode ajudar muito. E  
1345 o isso é uma demanda que o fórum do audiovisual também tem pedido e assim  
1346 tem se colocado à disposição também para ajudar na confecção do plano de  
1347 trabalho. E aí é o segundo pedido, é que a gente já comece a vislumbrar dentro  
1348 ainda desse ano, a as discussões sobre o ciclo 2 da política nacional, Aldir Blanc  
1349 e que a gente consiga colocar isso no trilho pelo menos até um pré-  
1350 planejamento, se for possível, é pra que a gente possa se preparar também e ir  
1351 preparando as classes. Eu sei que a gente vai entrar no ciclo agora do dos editais  
1352 e aí isso vai levar pelo menos uns 60 a 90 dias, mas que a gente já possa  
1353 começar a pensar no ciclo 2, para que a gente não entre o ano que vem  
1354 atropelado, tá bom? São essas as minhas solicitações. **Presidente:** Sim. A  
1355 gente já pode começar a discussão do passe, sem sombra de dúvidas, e incluir  
1356 tudo isso aí. Em relação à pauta trazida pelo audiovisual, que é importantíssima,  
1357 porque nós, os arranjos de regionais que nós, seria a primeira pauta extra aqui  
1358 no da nossa, trazida no dia de hoje, é algo que urge, porque nós temos tempo  
1359 para isso. São recursos que o governo federal trará, porque nós vamos entrar  
1360 nisso de cabeça, e que são consideráveis, e nós precisamos, e não podemos  
1361 perder essa oportunidade. Eu tenho conhecimento, desse próprio instituto  
1362 também nos enviou algo nesse sentido, eu já tenho conversado com o

1363 governador nesse sentido, e nós vamos marcar essa reunião. Acho que,  
1364 acredito, logo no início da próxima semana, uma reunião extraordinária para a  
1365 gente tratar dessas pautas, que são, todas elas, muito importantes. **Jordarnia**  
1366 **Galdino:** Bom. Eu queria aqui falar para todos os conselheiros. Somente para o  
1367 nosso presidente, para assessoria jurídica, vou falar mais uma vez ao  
1368 administrativo do Conec também, gente, artista não tem salário. O artista não  
1369 tem salário, o artista não tem emprego, o artista não é funcionário público. Ele  
1370 precisa desses editais. Presidente, a gente precisa. O senhor não sabe o quanto  
1371 que esse pessoal. Eu vou concordar com a fala do Menciús. É o quanto esse  
1372 telefone toca, cobrando desses editais, à espera desses editais e a gente sabe  
1373 da situação que acontece, gente, mas vamos tentar acelerar isso aí, porque  
1374 realmente não tem como. Não tem como está esperando e tá levando a coisa na  
1375 barriga. Não pode, gente. Eu estou falando não só pelo teatro, mas eu tô falando  
1376 por todos os segmentos no geral. Então a gente precisa ver que a gente tem que  
1377 fazer nossa parte. E nossa parte, como conselheiros da sociedade civil, é cobrar.  
1378 Nós somos chatos? Somos chatos. Mas é o nosso, é o nosso trabalho. É o que  
1379 tá no regimento. Então a gente precisa disso. Quando a gente cobra, que a gente  
1380 fala. O Vanderley, eu não sei se ele ainda tá online, mas cobra também. É que  
1381 agilize o mais rápido possível as coisas, é para isso. E a segunda situação é,  
1382 conselheiro Menciús, do Jair Mendes. Eu vejo assim: quando ele estava numa  
1383 cama de hospital, naquele momento, aquele dinheiro era muito importante pela  
1384 saúde dele, certo? E aí não houve essa devolutiva para ele. Digo para o artista,  
1385 naquele momento. E ficou aquilo por isso mesmo, por essa bendita burocracia.  
1386 E ainda, conselheiro Menciús, essa bendita burocracia. Penso eu que a gente  
1387 precisa, para fechar, que tá acabando meu tempo, é um e-mail pra gente. Não  
1388 tem como dar mais nada para a família. O que a gente tem é que fazer as  
1389 homenagens para o Jair Mendes, entende? Uma forma de, não sei, pegar esse...  
1390 Se for, se tiver dinheiro ou não, mas que é o dele, não é? O que é preciso. É  
1391 necessário. Eu vi, pelo Parintins aí, que poderia ter feito uma ótima homenagem  
1392 para ele. Nós, como conselheiros, estávamos aqui presentes de Parintins. Então,  
1393 é isso. Para terminar: a gente não fomos pra Parintins, presidente, e a gente não  
1394 foi muito bem tratado. Infelizmente, aconteceu muitas coisas bem complicadas.  
1395 Não sei se está nos assuntos gerais, mas eu preciso dizer aqui que a gente não  
1396 foi muito bem tratado. A gente teve que pagar até o nosso almoço. Nosso almoço  
1397 não foi... quando nós chegamos lá. E é bem complicado. As situações, eu vou  
1398 colocar isso em ata, porque é inadmissível a situação que a gente é tratado ainda  
1399 como conselheiros. Então é isso. Eu estou fechando com chave de ouro o meu  
1400 mandato, mas eu quero que, realmente, no próximo mandato, esses  
1401 conselheiros não passem o que a gente, já, passou, tá bom? Muito obrigado.

1402 Fora isso, senti a sua falta lá em Parintins. **Presidente:** Com a palavra,  
1403 conselheiro Wellisson Brito Batista, representante da cadeira  
1404 Afrodescendente. **Wellisson Batista:** Bom, gente. Eu me sinto contemplado na  
1405 fala do conselheiro Mencius e na fala da conselheira Jordânia, com relação à  
1406 celeridade dos editais. Então, não vou me prolongar nisso agora. Eu quero trazer  
1407 para o senhor que, que eu acredito que o senhor já tenha percebido e sentido  
1408 nas redes sociais as demandas da sociedade civil, cobrando o governo do  
1409 estado sobre os editais próprios do estado, porque sempre está vindo do governo  
1410 federal. E a sociedade civil está cobrando: quando é que vai ter algo do governo  
1411 do estado? E aí, com certeza, pode estar levando essa demanda para o  
1412 governador, para que, muito em breve, a gente tenha alguma resposta positiva,  
1413 que o pessoal nos cobra direto sobre isso, e estão indo para as redes sociais.  
1414 Outra que eu gostaria de fazer menção aqui é que nós perdemos um mestre de  
1415 capoeira agora no dia 30, Mestre Ricardo, Camisa Furada. Ele que foi uma  
1416 pessoa sempre muito atuante, inclusive nas políticas públicas. E é mais uma  
1417 biblioteca que se fez. Eu não poderia deixar de fazer menção na memória do  
1418 mestre aqui, e falar que, no dia 5 de julho, agora, foi comemorado mundialmente  
1419 o Dia do Capoeirismo Não podia deixar passar batido da data. É isso.  
1420 Obrigado. **Presidente:** Meus sentimentos à família do mestre. Em relação aos  
1421 editais do estado, é importante frisar, senhores do conselho, senhoras do  
1422 conselho, que, como não houve provisão orçamentária do ano passado para este  
1423 ano, não tem como. Não está no orçamento, gente. Não haverá, neste ano de  
1424 2025, edital próprio do governo do estado, porque ele simplesmente não tem  
1425 previsão orçamentária. Nós temos que trabalhar desde já para, na Lei de  
1426 Diretrizes Orçamentárias, já colocar como diretriz, depois inserir na Lei  
1427 Orçamentária Anual para o ano de 2026. Nós já estamos trabalhando em  
1428 reuniões na Assembleia e vamos trabalhar nesse sentido, inclusive com o apoio  
1429 da própria Assembleia. Pode-se destinar emendas diretamente para isso, e a  
1430 gente tem como fazer isso juntos. A gente precisa entender que existem  
1431 mecanismos, mecanismos legais, inclusive da Lei Orçamentária Anual. A gente  
1432 não tem como burlar a Lei Orçamentária Anual, simplesmente porque ela é lei.  
1433 Lei não se discute: se cumpre. Então, determinadas ações e burocracias  
1434 precisam ser vencidas. Com a celeridade que nós gostaríamos, infelizmente, ela  
1435 nunca é na velocidade que a gente quer. Mas a gente vai brigar. E não é chatice,  
1436 não. A gente tem que brigar mesmo. A gente tem que estar em cima e cobrando.  
1437 É isso que a gente é. É o nosso papel, porque nós representamos principalmente  
1438 vocês, uma gama de profissionais, artistas, das mais diversas vertentes na  
1439 sociedade manauara e amazonense **Lydia Lucia:** Eu gostaria só de reforçar a  
1440 fala do André, porque eu tenho sido solicitada para fazer correções em editais

1441 da Cultura Viva. Eu fiz aí em Itaquiara, e o André me passou uma demanda.  
1442 Eu fiz, eu listei, aí eu fiz em Iranduba. Como eu estava numa outra reunião, eu  
1443 passei para o Ministério da Cultura, eu já tinha dito para o André: tá errado esses  
1444 valores. E aí passei para o Ministério da Cultura, que devolveu, eu passei para  
1445 o André. E fiz em Maués e em Parintins, inclusive fui certificar a rede de pontos  
1446 de cultura de Parintins. Então, assim, é muito complexo você ter que refazer o  
1447 erro de alguém. Eu não sei como o estado, eu não sei como o conselho pode vir  
1448 nesse apoio. Tá, gente? Assim, eu tenho feito palestras no Gaio. Eu tenho feito  
1449 palestras lá na escola do neto do capoeirista. Eu faço palestra aonde for preciso  
1450 sobre a Lei Cultura Viva. Gente, eu não sou a melhor, não, mas eu estudo há 12  
1451 anos essa lei. Eu tenho que entender alguma coisa, sabe? Aí eu vou fazer agora  
1452 uma oficina para responder a portfólio, para responder às 23 perguntas do  
1453 Cultura. Tem um pontão, gente. A gente precisa conversar sobre o pontão,  
1454 porque, se a gente não capacitar, a gente vai ter uma evasão muito grande. A  
1455 nossa qualidade de ponto vai ser deficitária, porque os municípios estão  
1456 elegendo quem eles querem. Sabe? A comissão nacional dos pontos de cultura  
1457 não é só eu, sabe? Mas, assim, a gente esteve numa reunião com a Anne, em  
1458 que a Secretaria da Universidade Cultural, recomendou que os estados e  
1459 municípios chamassem a comissão nacional dos pontos de cultura para ver essa  
1460 certificação. Entendeu? Porque há um conflito de interesse em quem certifica  
1461 pontos. Aí, quando chega lá em cima, dá problema, dá BO. Aí eu vou ficar mais  
1462 12 anos. **Presidente:** Muito obrigado, conselheira Lydia. Senhoras e senhores,  
1463 nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 41ª Sessão Ordinária, pedindo  
1464 ainda que seja providenciada ata e encaminhada a minuta aos membros para  
1465 leitura, a qual será aprovada em expediente das próximas reuniões, com  
1466 posterior encaminhamento para o arquivamento na Secretária-geral do Conec,  
1467 visando o registro dos arquivos do conselho. Informo ainda aos senhores  
1468 conselheiros que já convoco os senhores para reunião extraordinária na próxima  
1469 semana, em data e horário a ser encaminhado pela Secretaria deste conselho.  
1470 Boa tarde a todos.

**CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA**

Presidente – 41º Reunião Ordinária

**DUDSON CAMPOS CARVALHO**

Secretário Geral

## LISTA DE PRESENÇA

### DE FORMA PRESENCIAL:

1. Pedro Henrique Secatti Cacheado – Titular Representante da Cadeira de Audiovisual;
2. Jordania Damasceno Galdino – Titular Representante da Cadeira de Teatro;

3. Menciús Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da Cadeira de Música;
4. Wellisson Brito Batista – Titular Representante da Cadeira de Cultura Afrodescendente.

**DE FORMA REMOTA:**

5. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de literatura;
6. Elson Silva da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore e Carnaval;
7. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular Representante da Cadeira de Cultura Indígena;
8. Marcos André Durand Pereira – Titular Representante da Cadeira de Dança;
9. Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo;
10. Lucimar Bezerra Marques – Titular Representante da Cadeira de Cultura Popular De Matriz Ibérica;
11. Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto;
12. Rosy Cleia Da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
13. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas;
14. Priscila Sena de Souza – Titular representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas;
15. Érica Dos Santos Nascimento Cintra – Titular Representante da Zona Franca De Manaus.

**CONVIDADOS:**

16. Marly Nascimento Nogueira – Suplente da Cadeira de Folclore E Carnaval;
17. Lydia Lucia Nunes De Sousa – Suplente da Cadeira de Cultura Afrodescendente;
18. Nivaldo Pereira Mota – Suplente da Cadeira de Circo;
19. Rafael Buda – Representante do Instituto Trocando Ideias;
20. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias.

**ELABORAÇÃO DA ATA:**

21. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC.

**TRANSCRIÇÃO:**

22. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;
23. Gustavo Lima Ferreira – Estagiário Equipe CONEC.

**ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:**

- 24. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC;
- 25. Thiago Hermido da Silva – Assessor de Políticas Culturais – SEC.

**EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:**

- 26. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
- 27. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
- 28. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa.